

OLÍVIA MARTINS MANETTI

**O Instituto Comercial de Taubaté: da criação à
consolidação do lugar da escola na sociedade do
trabalho**

Taubaté – SP

2019

OLÍVIA MARTINS MANETTI

**O Instituto Comercial de Taubaté: da criação à
consolidação do lugar da escola na sociedade do
trabalho**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté, como Trabalho de Conclusão do curso de História, sob orientação da Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala.

Taubaté – SP

2019

Nome: Olívia Martins Manetti

Título: O Instituto Comercial de Taubaté: da criação à consolidação do lugar da escola na sociedade do trabalho

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Departamento de Ciências Sociais e Letras – Curso de História

Taubaté, junho de 2019

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala

1º Membro: Prof. Dr. César Augusto Eugênio.....

2º Membro: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira.....

Dedico este trabalho à minha família, por todo apoio, incentivo e motivação.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala, por aceitar me orientar, e por toda atenção, carinho e dedicação comigo durante todo o curso de História. Além de toda minha admiração, por ser uma excelente profissional. Despertar minha paixão pela História da Educação, a qual seguirei pesquisando, e por todo auxílio durante a orientação deste trabalho, demonstrando credibilidade e entusiasmo a cada progresso.

Ao Prof. Dr. César Augusto Eugênio, por aceitar meu convite para banca, além de acender também uma paixão pela Filosofia, apresentando aulas impecáveis e inspiradoras.

Ao Prof. Dr. Edson Trajano Vieira, por também aceitar meu convite para banca, pelas incríveis aulas de História Econômica, por detalhar todas as passagens da história, por apresentar excelentes autores, por toda dedicação ao Departamento de Ciências Sociais e Letras e com os alunos.

A todos os meus professores que passaram por toda minha formação, não apenas acadêmica, mas também de vida, e aos professores com quem pude trabalhar. Principalmente para aqueles que demonstraram que a educação é o fator principal da sociedade e que devemos protegê-la até o fim.

Ao Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) e Hemeroteca Antônio Mello Júnior, do Arquivo Histórico de Taubaté, por disponibilizarem e me atenderem tão bem durante os dias de pesquisa.

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), por me inserir de forma prática à educação, em especial as coordenadoras Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala e Profa. Dra. Suzana Ribeiro, e para Profa. Ms. Ludmilla Fuzzi, que me supervisionou.

Aos meus pais, minha fonte principal de inspiração, que me deram liberdade e todo apoio para seguir os caminhos da docência. Por todas as conversas, risadas, choros, preocupações, me dão força todos os dias para seguir sendo a melhor profissional possível.

À minha irmã, a qual sempre demonstrou estar presente, por ser paciente, amiga, leal, compreensiva, e por sempre ser disponível para qualquer auxílio.

Às minhas avós, que também me acompanharam e ajudaram de todas as formas para que eu ingressasse e concluísse minha graduação. Fontes de orgulho e admiração, por me apoiarem em minhas escolhas e sempre estarem presentes.

Ao meu companheiro Gabriel, por me acompanhar em toda essa trajetória da graduação, sempre respeitando meu espaço, me ajudando, e sendo compreensível e me incentivando a dar sempre o melhor de mim.

Aos meus colegas próximos do curso com quem pude trocar experiências, que me apoiaram e auxiliaram em todo curso, em especial Sara e Thomas.

RESUMO

O objeto de pesquisa desta monografia de conclusão de curso de História é a criação e a inserção no mundo do trabalho do Instituto Comercial de Taubaté. O Instituto Comercial de Taubaté foi a primeira escola com ensino profissionalizante na região de Taubaté-SP, tendo seu registro jurídico em 1938, mas desde 1922 há documentos que comprovam sua atuação pelo Vale do Paraíba, sendo uma filial do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, situadas em um contexto de intensas alterações econômicas e comerciais em todo o Vale do Paraíba. O *corpus* documental dessa pesquisa foi formado, principalmente pelo Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da universidade de Taubaté e a Hemeroteca Antônio Mello Júnior, do Arquivo Histórico de Taubaté. A documentação analisada permitiu estudar o processo de institucionalização da corporação do Instituto Comercial de Taubaté, com documentos oficiais elaborados por seus fundadores que descrevem o histórico da escola e apresentam fotografias do primeiro edifício, que foi situado à rua Doutor Whinter, até 1965, após mudar-se de local e passou a ser mantido pela Sociedade Taubateana de Ensino. Concluiu-se, que o Instituto Comercial de Taubaté foi um estabelecimento de extrema importância para região, pois foi uma instituição preocupada em formar alunos para o mercado de trabalho, visando profissionalizá-los para as indústrias e comércios, em um contexto em Taubaté e no Brasil, de intenso desenvolvimento econômico.

Palavras chave: Instituto Comercial de Taubaté, Escola, Profissional, Industrial, Comercial.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1: Anúncio da Escola de Comércio. Fonte: Jornal A Folha de 09/08/1931.....	37
Imagem2. Anúncio da Escola do Comércio. Jornal “A Folha”. 09/08/1931. Fonte: Hemeroteca Antonio Mello Júnior – Arquivo Histórico de Taubaté.....	37
Imagem 3: Planta do primeiro prédio do Instituto Comercial de Taubaté, situado à rua Doutor Whinter, Nº 107. Fonte: Ofício da Divisão de Ensino Comercial de 28/12/1939.....	42
Imagem 4: Fachada do primeiro edifício do Instituto Comercial de Taubaté situado à rua Doutor Whinter, Nº 107. Fonte: Ofício da Divisão de Ensino Comercial de 28/12/1939.....	48
Imagem 5: Gabinete de Física. Fonte: Ofício da Divisão de Ensino Comercial de 28/12/1939.....	49
Imagem 6: Laboratório de Química. Fonte: Ofício da Divisão de Ensino Comercial de 28/12/1939.....	50
Imagem 7: Museu de História Natural. Fonte: Ofício da Divisão de Ensino Comercial de 28/12/1939.....	51
Imagem 8: Museu de Merceologia. Fonte: Ofício da Divisão de Ensino Comercial de 28/12/1939.....	52
Imagem 9: Sala de Aula. Fonte: Ofício da Divisão de Ensino Comercial de 28/12/1939.....	53
Imagem 10: Sala de Aula. Fonte: Ofício da Divisão de Ensino Comercial de 28/12/1939.....	54
Imagem 11: Escritório Modelo. Fonte: Ofício da Divisão de Ensino Comercial de 28/12/1939.....	55

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1 - Industrialização: das Revoluções Mundiais às Transformações do Cotidiano de Taubaté	15
1.1. O Mundo Moderno e a Ascensão do Capitalismo.....	15
1.2. O Início da Vida Mecanizada Brasileira.....	17
1.3. Uma Breve Discussão do Conceito de Comércio, Indústrias e Mão de Obra.....	22
1.4. A Interação de Taubaté com a Industrialização Brasileira.....	23
Capítulo 2 - Educação e Trabalho: Reformas e Institucionalização das Redes de Ensino	27
2.1. Educação Paulista dos Anos 1920 e 1930: As Reformas Educacionais e o Impacto Social.....	27
2.2. A Escola Profissionalizante e a Sociedade do Trabalho.....	30
Capítulo 3 - O Instituto Comercial de Taubaté: Fluxos e Reflexos	36
3.1. Por Que Criar uma Escola Profissionalizante em Taubaté?.....	36
3.2. A Fundação do Instituto Comercial de Taubaté.....	40
3.3. O Ensino no Instituto Comercial.....	44
3.4. Representações do Instituto Comercial de Taubaté.....	46
Considerações Finais	57
Referências.....	60

Referências Bibliográficas61

Fontes Documentais.....62

Sistema integrado de Bibliotecas – SIBi/ UNITAU
Biblioteca Setorial de Pedagogia, Ciências Sociais, Letras e Serviço Social

M742i Manetti, Olívia Martins

O Instituto Comercial de Taubaté: da criação à consolidação
do lugar da escola na sociedade do trabalho. / Olívia Martins
Manetti. - 2019.
63. : il.

Dissertação (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2019.
Orientação: Profa Dra Rachel Duarte Abdala,
Departamento de Ciências Sociais e Letras.

1. Instituto Comercial de Taubaté. 2. Escola. 3. Profissional.
4. Industrial. 5. Comercial. I. Título.

CDD – 981

Introdução

O Instituto Comercial de Taubaté foi fundado em 28 de dezembro de 1938, por Edgard de Barros Pereira, diplomado em Perito Contador e que atuava em um alto cargo da Empresa Pireli da cidade de São Paulo; Emilio Simonetti, professor normalista, diplomado em guarda-livros e diretor do Ginásio de São Paulo, e por Urbano Alves de Souza Pereira, engenheiro civil e professor de física do Ginásio do Estado de São Paulo e Diretor Técnico da Companhia Predial e construtora de Taubaté. A escola era localizada, em seus primeiros anos de funcionamento, na Rua Dr. Whinter, 107 Taubaté, SP, zona comercial. Foi criada como uma escola profissionalizante, com os cursos de: Propedêutico, Auxiliar de Comércio e Curso Técnico.

A iniciativa da abertura do Instituto foi motivada pelo fato da cidade de Taubaté ser um centro comercial e industrial de grande movimentação. Na cidade, de médio porte e de importância histórica de âmbito nacional, havia muitas escolas primárias e secundárias, e não existia nenhuma escola voltada para a formação profissional nem na cidade nem na região. Desse modo, pode-se dizer, que a criação do Instituto preencheu uma grande lacuna para o crescimento da cidade.

O Instituto Comercial de Taubaté foi uma escola criada diante de uma necessidade vivida no município, o qual era o mais promissor nos setores comerciais e industriais do Vale do Paraíba. Fundado em 1930, cresceu juntamente na sociedade inserida, participou das transformações comerciais e industriais do Vale inteiro, atendendo uma grande clientela, tendo que realizar mudanças de locação para atender o público.

O primeiro prédio utilizado para o funcionamento da escola era alugado, não era uma construção moderna, segundo os documentos de inspeção, mas oferecia condições necessárias, conforto e salubridade. As salas pedagógicas recebiam luz natural e direta, no Instituto havia laboratórios de Química, Gabinete de Física e um Museu de História Natural e Merceologia. O processo de contratação de professores foi por meio de um concurso de títulos, divulgado por um jornal chamado “Nossa Terra”, o qual também publicou o Edital para a investidura de cargo para Perito em Contabilidade. Enquanto os cargos de professor Auxiliar de Comercio não houve candidatos, conseqüentemente o estabelecimento desistiu do mesmo.

Desde a sua fundação, havia na escola uma Inspeção Geral do Ensino Comercial, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde. O inspetor responsável pela vistoria foi José

Ignácio Valença Teixeira, que verificou as condições do prédio, o registro de todos os professores contratados e avaliou a dimensão do patrimônio.

Em 1940, Cesidio Ambrogi, representante da Sociedade Taubateana de Ensino, adquiriu um terreno na Rua Conselheiro Moreira de Barros, 203, Taubaté, SP. A escritura foi lavrada em 1968, e apresentada no Cartório do 2º Ofício, no qual Ernani Barros Morgado foi um dos escrivães que participou do processo de posse e uso do terreno.

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar o processo de instalação do Instituto Comercial de Taubaté, considerando a relação da instituição com a cidade.

Os objetivos específicos foram 1) investigar o processo de abertura do Instituto Comercial de Taubaté; 2) analisar o contexto no qual a cidade estava inserida, considerando as necessidades de se criar uma escola profissionalizante no município de Taubaté; 3) analisar o desenvolvimento e crescimento da escola durante os anos, até a construção do prédio próprio que a consolidou.

Ao estudar a escola e o meio que está inserida, foi possível levantar outras questões e conclusões diante da história do desenvolvimento da cidade de Taubaté, a presente pesquisa, permitiu o conhecimento nos âmbitos comerciais, tendo em vista que o Instituto Comercial de Taubaté esteve presente por todo esse período na formação de cursos profissionalizantes, e cada ano que se passava, a escola apresentou ser promissora para a cidade.

A baliza cronológica delimitada para essa pesquisa foi de 1938, quando o Instituto foi criado, como já mencionado, até 1965, quando é adquirido o prédio da Rua Conselheiro Moreira de Barros, nº 203. Essa baliza permitiu o aprofundamento do estudo da zona comercial de Taubaté, corroborando com o entendimento da importância do ensino profissional para formação de uma sociedade em desenvolvimento e em um contexto de transformações socioeconômicas, já que o processo de institucionalização está inserida num contexto dos anos 1930, que foi promissor no Brasil inteiro nos âmbitos industriais, devido as mudanças políticas que aconteceram.

Metodologicamente, essa pesquisa foi desenvolvida a partir de uma perspectiva qualitativa, já que, tem caráter exploratório, uma vez que foi realizada a investigação nos documentos institucionais da Escola Comercial de Taubaté, e por meio dos registros de imóveis, para compreender os aspectos que levaram a mudança do prédio, juntamente com o conhecimento do contexto nacional, que influenciou nessa realização. O *corpus* documental desta pesquisa foi composto por documentos sob a guarda do Centro de Documentação e

Pesquisa Histórica-CDPH, da Universidade de Taubaté. Esse conjunto é formado pelos seguintes documentos institucionais: ofícios, regimento interno e relatórios, declarações de utilidades públicas, cartas de apresentações, atas de investiduras, escrituras, certificados. Neste acervo também foram encontrados e mobilizados para o desenvolvimento desta pesquisa o relatório de supervisão da Inspetoria Geral e documentos da Prefeitura Municipal. Destaca-se que no relatório há fotografias que foram analisadas e utilizadas como fonte para aprofundar o conhecimento a respeito do Instituto. Para tanto, essa análise foi fundamentada nas elaborações de Boris Kosoy, “Fotografia e História”.

Além disso, há documentos do cartório de notas. Outro acervo pesquisado foi a Hemeroteca Antônio Mello Júnior, do Arquivo Histórico de Taubaté, no qual foram encontrados artigos do jornal “A Folha”, que mencionavam o processo de criação da escola e livretos de formatura das primeiras turmas.

A partir desses documentos realizou-se a pesquisa por meio da análise documental e pelo cruzamento dos documentos encontrados.

Ressalta-se o ineditismo desta pesquisa, pois, apesar de sua relevância e da projeção que o Instituto alcançou na cidade ainda não há uma pesquisa acadêmica sobre ele.

O referencial teórico para realização da presente pesquisa engloba o eixo da História da Educação desdobrando-se na educação profissionalizante e a história institucional no âmbito da História Cultural. No livro “500 anos de educação no Brasil”, organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Cynthia Greive Veiga, um dos capítulos é destinado ao estudo da trajetória do ensino profissionalizante no país. Desde os primórdios da história do trabalho no Brasil, que se inicia na Colônia, com a mão de obra escrava até os conceitos da revolução de 1930, quando há uma enorme mobilização industrial no país.

Com relação à contextualização foram utilizados, no que se refere ao contexto internacional, a obra de Eric Hobsbawm, “A Era das Revoluções”. Com relação ao âmbito nacional foram utilizadas as obras de Emília Viotti da Costa e de Nicolau Sevcenko e, por fim, sobre Taubaté as obras de Silvio Costa e de Fábio Ricci, que tratam de aspectos econômicos e fabris.

Para a apresentação da pesquisa realizada, foram organizados três capítulos. O primeiro consiste em contextualizar desde a visão macro até a micro da História abordada, a partir do estudo do modo como o mundo se industrializou e transformou pequenas cidades agrárias em grandes centros comerciais e industriais, e que, além das mudanças na sociedade

do trabalho. O segundo capítulo apresenta as significativas transformações no âmbito educacional, surgindo as escolas profissionalizantes e a formação da sociedade do trabalho na década de 1920 e 1930. O terceiro capítulo apresenta desde o início do Instituto Comercial de Taubaté e seu processo de instalação no ano de 1938, por três fundadores: Edgard de Barros Pereira, Emilio Simonetti e Urbano Alves de Suza Pereira, os quais respectivamente tiveram cargos empresariais e educacionais importantes, que os auxiliou para formação da escola desde a consolidação de um novo prédio, de acordo com os documentos analisados, demonstrou ser um processo a longa data, a compra de um novo imóvel foi realizada no ano de 1965, pela Sociedade Taubateana de Ensino, representada por Cesidio Ambrogui, porém apenas em 1968 que as escrituras foram oficializadas.

Capítulo 1. Industrialização: das revoluções mundiais às transformações do cotidiano de Taubaté

1.1. O mundo moderno e a ascensão do capitalismo

A passagem do século XIX para o século XX é crucial para a compreensão da inserção da industrialização mundial, que teve seu início em 1780, com a Primeira Revolução Industrial, que teve como epicentro a Inglaterra. Porém, a complexidade e o grande salto que propiciou o contexto da Segunda Revolução Industrial, a partir de 1870, atingiu todo o mundo. “Provavelmente na década de 1840, os Estados Unidos e uma boa parte da Europa Ocidental e Central já tinham ultrapassado ou se encontravam na soleira da revolução industrial” (HOBSBAWM, 1977, p.187).

Essa revolução foi responsável pelos grandes avanços científicos e tecnológicos, que se integraram ao cotidiano de todas as camadas da sociedade, proporcionando um novo significado para os hábitos e costumes rotineiros. As novas invenções também são resultado de um aumento populacional.

O extraordinário aumento da população naturalmente estimulou muito na economia, embora devêssemos considerá-la antes como uma consequência do que uma causa exterior da revolução econômica, pois sem ela um crescimento populacional tão rápido não poderia ter sido mantido durante mais do que um limitado período. (De fato, na Irlanda, onde não foi suplementado por uma revolução econômica constante, esse crescimento não foi mantido.) (HOBSBAWM, 1977, p. 189)

A partir do momento que a população aumenta, conseqüentemente, a sociedade se transformou, envolvendo todas as estruturas sociais. Nesse momento a mão de obra ganhou um novo perfil.

Ele produziu mais trabalho, sobretudo mais trabalho *jovem* e mais consumidores. O mundo desse período foi bem mais jovem do que qualquer outro anterior: cheio de crianças, com jovens casais ou pessoas no auge da juventude. (HOBSBAWM, 1977, p. 189)

Outro aspecto importante a ressaltar são os novos processos produtivos, os quais abrangeram todos os setores possíveis, com inovações que mudariam o destino da sociedade irremediavelmente.

No curso de seus desdobramentos surgirão, apenas para se ter uma breve ideia, os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os arranha-céus e seus elevadores, as

escadas rolantes, e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricas, as rodas-gigantes, as montanhas-russas, a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática, o papel higiênico, a escova de dentes e o dentifrício, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão a gás, o aquecedor, elétrico, o refrigerador e os sorvetes, as comidas enlatadas, as cervejas engarrafadas, a Coca-Cola, a aspirina, o Sonrisal e, mencionada por último mas não menos importante, a caixa registradora. (SEVCENKO, 1998, p. 9-10).

Começou então, um contexto que ficou conhecido como o “mundo moderno”, “E não era só uma questão de variedade de novos equipamentos, produtos e processos que entravam para o cotidiano, mas o mais perturbador era o ritmo com que essas inovações invadiam o dia a dia das pessoas” (SEVCENKO, 1998, p. 10).

Essas mudanças, muitas vezes, eram inacreditáveis para os homens do período, como afirma Sevcenko (1998). As grandes metrópoles, as incríveis descobertas científicas, as drásticas mudanças culturais, a alteração social, a nova elite, enfim, um novo contexto histórico surgia. Tudo estava em constante transformação. Posteriormente viriam novos conflitos sociais.

Outro salto crucial para compreendermos a história da modernização do mundo ocidental é o fato dele ter se tornado uma unidade global, na qual o mercado capitalista se instaurou como o sujeito principal. O número de trabalhadores se tornou limitado, as máquinas e os vários equipamentos e suas respectivas complexidades se destacaram. Esses aspectos resultaram em uma “corrida pelas matérias primas”, e também, em um novo campo de mercado, no qual existiram novas mercadorias, enfim, um novo universo para o consumo.

De acordo com Nicolau Sevcenko (1998), nesse ritmo, as áreas que não estavam acompanhando esta rápida modernidade, foram disputadas por potências mundiais. Essa ampliação ficou conhecida como imperialismo. Esse contexto e esse processo histórico forçaram essas potências a acelerarem suas produções, para suprir suas expansões, e para isso, não bastaria apenas implantar indústrias, mas também, mudar completamente os hábitos e costumes para criar mercados consumidores e, também, expandir as chamadas zonas de domínio. Assim, o processo do imperialismo englobou a expansão territorial das potências na África, que resultou no processo de sua partilha, e a consolidação de possessões na América. (HOBSBAWM, 2006).

Fato este que levou a guerras regionais, principalmente na África. Porém, desestruturar a cultura e costumes seculares não representou uma tarefa de fácil realização. Houve

resistências e, assim, massacres, entre outros motivos, porque os países europeus já dispunham de alta tecnologia.

Essas insurreições se multiplicaram por toda parte, sendo via de regra abafadas por meio de massacres generalizados, garantidos pela imbatível superioridade técnica dos armamentos europeus, com grande destaque para as novas armas de repetição, artilharia e obuses, explosivos químicos e armas incendiárias. Assim foi numa sequência contínua, com o Levante Indiano de 1857-8, a Rebelião Tai-Ping na China de 1850-66, a Guerra Civil Americana de 1861-5, a Restauração Religiosa Al Algahani no Afeganistão de 1871-9, o Movimento Nacional Egípcio de 1879-82, entre várias outras. (SENCENKO, 1998, p.13)

As guerras regionais também aconteceram no território da América Latina. Controlar a hierarquia social e a econômica era o principal objetivo a ser conquistado pelas potências mundiais.

Na América Latina esse processo se concentrou sobretudo na luta pelo controle do eixo econômica e territorial estratégico representando pelo Rio da Prata e sua rede hidrográfica. A Inglaterra se aliou com o Império brasileiro e com as elites liberais dos países platinos contra a resistência de líderes tradicionalistas do Uruguai (1851, 1864-5), Argentina (1852) e do Paraguai (1865-70). (SENCENKO, 1998, p.13)

Conseqüentemente, veio a desestabilização das bases brasileiras, as quais não tinham condições de encarar uma guerra. Durante a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, o Brasil iniciou o processo de crise da monarquia, que englobou a integração de uma elite intelectual, artistas e políticos, que visavam a modernização de acordo com as diretrizes que seguiam da Europa e dos Estados Unidos.

1.2. O início da vida mecanizada brasileira

A partir do século XIX, o foco seria a modernização do Brasil, e conseqüentemente, o processo de industrialização consolida-se, pois, a indústria foi assumida como o elemento que catalisava e representava a modernização nesse período. Novas hierarquias sociais foram surgindo, a “ordem” se alterou, a herança da monarquia deveria ficar no passado, e a nova elite estava disposta a tornar isso possível.

Mas a versão dos monarquistas não desapareceu. Os adeptos do regime deposto continuaram a dar a sua interpretação dos fatos e a ela aderiram em breve os desiludidos da República. Os livros, panfletos, manifestos e protestos divulgados pela imprensa “sebastianista” registraram a versão monarquista, segundo a qual a proclamação da República não passava de um levante militar, alheio à vontade do povo. Fora fruto da indisciplina das classes armadas que

contavam com o apoio de alguns fazendeiros descontentes com a manumissão dos escravos. Tinha sido grande equívoco. (COSTA, 1999, p. 393).

Um contexto marcado por uma instabilidade nas bases em todas camadas sociais. A elite se posiciona para garantir sua hierarquia econômica.

O regime monárquico dera ao país setenta anos de paz interna e externa garantindo a unidade nacional, o progresso, a liberdade e o prestígio internacional. Uma simples parada militar substituíra esse regime por um outro instável, incapaz de garantir a segurança e a ordem ou de promover o equilíbrio econômico e financeiro e, que além de tudo, restringia a liberdade individual. (COSTA, 1999, p. 393).

Consequentemente os cafeicultores seriam os responsáveis para garantir a base intacta da elite que estava a se fixar-se rapidamente. Seriam também os responsáveis pela rápida instalação das indústrias. Com a proclamação da República, no final do século XIX, ou como autores como Secvenko (1998) qualificam: “no apagar das luzes” do século, como imaginado, houve a abertura da economia. (Sevcenko, 1998)

O famoso Encilhamento, que foi basicamente baseado numa linha de crédito, ideia consolidada pelo ministro Ruy Barbosa, foi a primeira grande crise da República, ainda em seu governo provisório, coloca em prática o processo de industrialização brasileira, num contexto de Brasil totalmente agrário, logo, os primeiros indícios do surgimento da indústria é uma produção voltada para suprir as necessidades do café, ou seja, limitada.

Igualmente importantes na transição do trabalho servil para o livre foram os progressivos aperfeiçoamentos introduzidos no processo de beneficiamento do café e fabrico de açúcar. Acarretaram o aumento da produtividade e criaram novas condições de trabalho. Os progressos foram mínimos na lavoura – isto é, no cultivo, propriamente dito, que continuou a ser feito segundo a rotina da queimada e da enxada. No setor da industrialização do produto houve, entretanto, muitas transformações. Nas áreas cafeeiras passou-se dos terreiros de terra para os de tijolo ou de macadame, dos pilões e monjolos para as máquinas de beneficiar café, amplamente usadas no Oeste Paulista já na segunda metade do século. (COSTA, 1999, p.315)

Uma onda de pessoas que fariam de tudo pelo sucesso, juntamente com a abolição, trouxe grandes mudanças na hierarquia da sociedade brasileira, contextualizadas às necessidades das práticas de trabalho assalariado, e também, com a formação de um mercado

interno. Essas ações foram mudando os valores da sociedade, que por fim, resultaram no desejo insaciável de promover uma modernização rápida no país.

O significado dessas transformações pode ser mais bem compreendido quando pensamos que, nas máquinas de pilões, cada mão-de-obra realizava em uma hora tanto quanto um monjolo em cada dia. Burlamaque calculava serem necessários noventa homens para realizar o trabalho que ela era capaz de executar em oito horas. O progresso realizado com a introdução das máquinas de beneficiamento de café foi ainda muito maiores. (COSTA, 1999, p.315-16)

Desde os tempos primórdios do trabalho braçal no período colonial brasileiro já é traçado com uma mentalidade excludente, logo, os indivíduos que não faziam parte do grupo de trabalhadores, já obtinham status elevado na sociedade. O caráter pejorativo marcado pela construção do Brasil vai determinar toda história do processo de industrialização do Brasil, conseguir uma mão de obra que acompanhasse a vontade desta elite, custasse a qualquer coisa, não seria um grande desafio.

As fazendas do Oeste Paulista foram mais receptivas às inovações do que as do Vale do Paraíba. Experimentaram também o trabalho livre e a imigração. Os altos rendimentos das terras novas, os elevados preços atingidos pelo café propiciaram, a partir de 1870, a aquisição de máquinas de beneficiar. A dificuldade crescente de mão-de-obra incentivava essa transformação. Racionalizar a produção era reduzir a força de trabalho necessária e multiplicar o rendimento. (COSTA, 1999, p.316).

Aumentar a produção e elevar a eficácia de fabricação para atingir um mercado externo, e mais complexo, seria impossível sem novos investimentos tecnológicos.

A aquisição de maquinaria exigia, entretanto, grandes investimentos que estavam acima da capacidade econômica das áreas decadentes. Por isso, as fazendas do Vale do Paraíba ficaram, em geral, alheias à maioria dos aperfeiçoamentos dos métodos de produção. Organizadas com base no braço do escravo, numa época em que fora relativamente fácil sua aquisição, conservavam os métodos rotineiros de trabalho. O emprego de máquinas era, aliás, pouco compatível com o trabalho escravo. A alienação em que vivia forçado pela condição de escravo impedia-lhe qualquer participação mais eficiente no trabalho. Faltava-lhe o interesse, faltava-lhe a liberdade de ação, faltava-lhe também a responsabilidade: qualidades necessárias para se lidar com máquinas dispendiosas e delicadas. (COSTA, 1999, p.316).

Outro episódio histórico, Canudos,¹ o qual foi contra essa autoridade que buscava a modernização, fazendo um uma sociedade única (e que funcionava), imersa em outra sociedade

¹ Confronto entre o Exército Brasileiro e integrantes de um movimento popular de caráter social e religioso liderado por Antônio Conselheiro, entre os anos 1896 e 1897, no interior do nordeste brasileiro.

maior, conseqüentemente a destruição. Compreendendo o poder dessa elite e como ela estava disposta a seguir com o grandioso projeto de modernização, conseqüentemente, a industrialização.

Seguindo com este entusiasmo do capitalismo e um equilíbrio da estabilização brasileira surge, novos padrões de consumo chegam, e com eles, a publicidade também, entre as décadas de 1920 a 1930.

De 1920 a 1930 o regime começa a periclitir, arrastando-se em estertores até o golpe fatal, como a deposição do último presidente paulista e a ascensão de Getúlio Vargas. Os preços do café, o principal produto da pauta de exportações, não se sustentam mais no mercado internacional, e as práticas especulativas dos cafeicultores causam a acumulação de estoques que só restaria queimar sob impacto da crise mundial de 1929. A desestabilização do regime fica patente pelo adensamento das frentes de contestação interna, em particular a dos jovens oficiais do exercício, que não demorariam a se coligar com as oligarquias dos estados alheados do jogo político pelo esquema do “café com leite”. (SEVCENKO, 1998, p.37)

Nesse momento, é possível observar a complexidade do mercado e dos consumidores, a dinamização entre as indústrias e trabalhadores, que por sua vez, também são os fregueses.

As contestações operárias recrudescem as capitais, ensejando a articulação de partidos políticos de massa como alternativa de gestão social. Esse é o momento especialmente em que, na senda da mudança do panorama da cultura internacional no pós-guerra, se instaura uma crítica nacionalista dos modelos cosmopolitas vigentes, dando origem a novos discursos nativistas, que se tornaria o cimento ideológico do populismo em gestão. A euforia dos “belos tempos” se consuma num espasmo de energia reacionária. (SEVCENKO, 1998, p.37)

Novas políticas são implantadas, porém, o café não consegue mais sustentar economia brasileira, nem no mercado internacional. Os estoques de café vão aumentando, até chegar num ponto em que só restou queimá-los. Conseqüências de um pós-guerra, e vivenciando uma crise econômica social mundial. Assim demarca os anos 1930, no Brasil, com constantes mudanças econômicas, atingindo as camadas sociais.

A Revolução de 1930 opta pelo modelo o qual todos aguardavam: a implantação de indústrias em larga escala, ou seja, substituir as exportações (que sofreu bastante com os impactos da Crise de 1929² por produções internas, fortalecendo o mercado brasileiro.

²Crise econômica que persistiu até 1930 decorrente de uma elevada produção industrial, ocasionando a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, causando prejuízos no mundo inteiro.

Intensificando a expansão industrial, conseqüentemente, toda a sociedade vai se “moldando” a uma nova maneira de viver, começando pelo êxodo rural, os grandes centros surgem, além de mudanças cruciais no Estado, que a partir desse momento, precisou articular novas lógicas para estruturar um Brasil, que logo iria contribuir na economia mundial.

Nos anos 1930 e 1940, vividos predominantemente sob a tutela varguista (1930-45), a orientação autoritária do governo pretendeu compor doses complementares de repressão e doutrinação a fim de construir sua social de sustentação política. Haurindo ensinamentos dos regimes repressivos que se multiplicaram na Europa nesse período, as autoridades federais procurariam tirar o máximo de proveito das técnicas de propaganda e dos meios de comunicação social, muito especialmente do rádio. Os dois rituais básicos da nova ordem eram o discurso presidencial de 1º de maio no Estádio de São Januário e o noticiário diário da Voz do Brasil, ambos assentados sobre esse mesmo nexos simbólico, a voz dramatizam-te de Vargas, irradiada, recebida e incorporada como expressão do animus profundo da nação. (SENCENKO, 1998, p.38).

O dinamismo entre o mercado e a indústria avançava, juntamente com o dinamismo entre população e o próprio presidente.

Ademais, o envolvimento da imagem do presidente com o cinema, o teatro, o disco, o humor gráfico, o Carnaval e a gravura popular revelavam que a prática inédita de produzir o consenso por meio de apelos sensoriais e conotações afetivas se mostrava muito mais eficiente que a racionalidade dos discursos. Ao amestrar os potenciais desestabilizadores das novas tecnologias como recursos de gestão social. Interferindo na dinâmica dos instintos e dos afetos mais íntimos de cada um, o regime consolidava a ordem política coletiva.” (SENCENKO, 1998, p.38).

O governo de Getúlio Vargas, que teve seu início em 1930, protagonizou reorganização política promovendo uma centralização de poder, atingindo órgãos legislativos e militares. Tal medida ocasionou tensões nas oligarquias, e gerou vários protestos contra o governo.

Getúlio Vargas trouxe um “impulso” industrial e várias mudanças significativas para o Brasil. Após a crise agrária exportadora, acompanhada com a Crise de 29, levaram o presidente a tomar medidas de substituição das importações e criou as indústrias de bases necessárias para um curto prazo, até que esse investimento desse incentivo em outros ramos industriais.

As indústrias de bases possibilitariam a produção de matérias primas, portar equipamentos industriais, conseqüentemente não seria necessário o país depender apenas das

importações, desse modo, a partir disso os produtos nacionais seriam mercadoria de consumo da população brasileira.

O país recebeu investimentos e se modernizou rapidamente, obteve novas estruturas em todos os campos sociais e econômicos, o aparecimento de indústrias também trouxe direitos e garantias para a sociedade do trabalho.

Esse governo representou uma imagem autoritária, trouxe repressão e doutrinação de uma base social que sustentasse sua política, aspectos estes que foi aproveitado pela grande repercussão das rádios, e novos meios de comunicação que se inseriram na sociedade.

Um salto direto de uma população majoritariamente analfabeta no início do século para uma ordem cultural centrada nos estímulos sensoriais das imagens dos sons tecnicamente ampliados fornece uma indicação da trajetória da sociedade brasileira nesse período de mudanças intensas e rápidas. (SENCENKO, 1998, p.38).

O Brasil começa a acompanhar o ritmo mundial, tanto economicamente quanto socialmente, de um país rural, para um país urbano, com um mercado interno formado, conseqüentemente surgem novos campos a serem explorados, como por exemplo: qualificar a mão de obra.

1.3. Uma breve discussão do conceito de comércio, indústrias e mão de obra

Os anos de 1920 e de 1930 são os antecedentes e os precursores por estrelarem uma mudança social e econômica num amplo macro e micro na história. O comércio e as indústrias se expandem, mas são conceitos diferentes, e é importante ressaltar as dissensões entre essas duas palavras, que tem seus significados e suas práticas relacionadas, mas são objetos de estudo diferentes.

O comércio tem como definição a relação de “trocas” de valores em mercadorias, historicamente começou como escambo, e ao decorrer dos milênios, se tornou uma prática comum, não apenas trocando produtos, mas serviços, entre todas as relações humanas.

Ao se falar em trabalhador do comércio, ou comerciário, há uma tendência de se remeter às funções de vendedor e caixa, as quais são, de fato, muito recorrentes nesse setor econômico. Todavia, como se demonstrou, o que determina o enquadramento como comerciário não é apenas a atividade do trabalhador, mas a atividade da empresa. Assim, o frentista do posto de gasolina, que comercializa combustível, é comerciário, tanto quanto o balconista de estabelecimento comercial varejista. (ABDALLA, 2017, p.67)

O fato crucial para que o comércio fosse um dos protagonistas para um mundo globalizado, com a inserção da moeda, fazendo com que diferentes sociedades negociassem entre si, um choque de culturas que se entrelaçavam com suas mercadorias. É claro que existe o lado sombrio desta história, o desejo insaciável de conquistar as riquezas do mundo, fez com que o comércio também fosse um das reipersecutórias de colonizações, imperialismos, neocolonismo, que países atuais colhem frutos dessa violência.

Já a atividade industrial, a propriamente dita indústria, auxilia a prática do comércio, mas não é o mesmo. O ofício é transformar a matéria prima em um produto final, nem sempre os produtos podem ser comercializados. Também podemos relacionar a indústria com o trabalho braçal, e fazer um paralelo histórico de como a construção deste conceito sempre foi pejorativo, designado para camadas mais pobres e excluídas da sociedade.

A utilização das mãos, da repetição, força física, vão caracterizar o conceito de indústria, podemos relacionar todas essas características com a escravidão, e entender como uma elite tão preocupada em industrializar um país, esteja em um contexto histórico de pós abolição e aparecimento de indivíduo livres, mas sem rumo.

O sistema escravista aparenta continuar, mas com outro nome e outra elite, com uma mão de obra não muito distante do já conhecemos, aspectos estes que estarão presentes não apenas inseridos na sociedade do trabalho, mas também em outros campos de atuação social, a escola por exemplo.

1.4. A interação de Taubaté com a industrialização brasileira

Desde o período do século XIX, o Vale do Paraíba demonstrava ser promissor no ramo econômico, fator principal: o café. “A produção cafeeira na região e no Estado de São Paulo correspondiam praticamente à produção do Brasil”. (RICCI, 2006, p. 35). As grandes metrópoles e a população já estavam instaladas nos centros urbanos, e não seria diferente com as cidades do Vale do Paraíba, enfatizando a cidade de Taubaté, estendendo sua fundação do século XVI até o século XX, o contexto estudado, trouxe novas características de uma sociedade do interior, enfatizando as indústrias.

Antecedendo a modernização brasileira, Taubaté estava integrada a economia cafeeira, o crucial ponto de partida de toda tecnologia que chegaria alguns anos posteriores. Aspecto também que levaria a uma crise pós abolição, pois as fazendas eram centradas em mão de obra

escrava, logo, quem seriam os “substitutos” para o tal trabalho braçal? Nesse momento, não apenas a cidade de Taubaté, como todo o Brasil, precisou buscar as alternativas.

[..] está disponibilidade constitui-se num dos principais fatores de atração de investimentos. A oferta de mão de obra em níveis elevados acarreta a possibilidade de redução de salários, permitindo a fabricação de produtos com preços competitivos e a ampliação da obtenção de excedentes em forma de lucros. (RICCI, 2006, p.42)

Essa alternativa, como já mencionado, é a industrialização. Houve uma grande concentração de empresas voltadas ao setor têxtil, logo, sua consolidação ofereceu uma expansão nas regiões paulistas, principalmente para aquelas que dispunham de boas condições de transportes. (RICCI, 2006)

O meio de transporte responsável pela expansão industrial foi as ferrovias, que tiveram sua instalação a partir de 1860. “[..] seguiam-se a instalação de fazendas e a mobilização do trabalhador imigrante para essas regiões. A combinação desses fatores (custo de transporte reduzido, cafeeiros novos e com maior produtividade e mão de obra barata”. (RICCI, 2006, p, 43).

A ferrovia instalada no Vale do Paraíba, em 1877, facilitou as transações entre as capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, estimulando novas atividades econômicas.

Logo na primeira metade século XX, Taubaté já se destacava pelas empresas: a Companhia Industrial de Taubaté, ou CTI, e Companhia Fabril, atuando no setor têxtil, representando 5% da produção nacional. Porém, é importante ressaltar que o processo de industrialização ocorreu de forma lenta. (COSTA, 2005).

O Vale do Paraíba, comparando suas respectivas regiões, destaca-se Taubaté, não apenas por apresentar a mão de obra, como o uso de tecnologias de fácil manuseio, e como a população em si, teve uma formação urbana que se estruturou nessas mudanças econômicas e sociais, permitindo as diversificações que ocorriam em consequência de todo o contexto atual.

No entanto, podemos observar que houve a busca da região pelos investidores originários de centros maiores. Personagens destacados dos primórdios da indústria, como Sherrigton e Guisard, para lá se dirigiam em busca de oportunidades de investimentos. (RICCI, 2006, p.56)

O aspecto crucial que proporciona todo destaque da cidade são as ferrovias, que garantiam o papel de interação e expansão para as demandas de produções. Consequentemente, as cidades do interior também fizeram a grande São Paulo ser o que ela representa ser

atualmente, já que todos os fatores aqui citados correspondem a interação das cidades com a metrópole.

O processo de modernização foi complexo, conseqüente de uma abolição tardia, esgotamento do solo, por exemplo, são aspectos que demonstram como a industrialização brasileira foi difícil de ser alcançada, com uma economia centralizada. Não oferecendo um mercado que tivesse um significativo consumo.

O incentivo de um poder público na industrialização foi importante para que empresas da cidade estabelecesse pontos urbanos para iniciar as produções, atuando com doações de terrenos, por exemplo. O impacto das indústrias não foi violento, elas deram uma continuidade do espaço rural para o espaço urbano.

Em um recorte de 1923 a 1935, temos as principais indústrias de Taubaté: Indústrias Reunidas Vera Cruz, Companhia Fabril de Juta, Companhia Predial de Taubaté, Produtos Alimentares Embaer S.A e Corozita. A CTI, fundada por Félix Guisard, em 1891, foi a indústria que mais marcou na história da cidade, impulsionando não apenas a sociedade do trabalho, mas a sociedade num todo, transformando os moldes da população.

Após esse período de novos investimentos, a CTI passou a operar com mais de 1.000 teares, fiação e demais setores, chegando em 1913 a empregar cerca de 600 operários. (RIBEIRO, 1982, p. 1399; GRAHAM, 1973, p, 150). Foi eleita nova diretoria, composta por: Presidente-Dr. Rodrigo Nazareth Souza Reis, Vice-Presidente-George H. Craig (representante da Edward Ashworth), e Diretor Técnico-Félix Guisard. (RICCI, 2006, p.73)

O maior benefício para as empresas citadas, principalmente a CTI, foram as dificuldades de importação no período de guerra, e mesmo com quem conseguissem lucro e expandir, as mesmas permaneceram em Taubaté.

Ressalta-se que mesmo com todo processo de industrialização, modernidade, tecnologia, que se avançará em toda sociedade, isso não significaria que a desigualdade e pobreza iriam deixar de existir. Todo domingo, as ruas próximas do mercado municipal, encontra-se a tradicional Barganha, onde havia produtos antigos, que poderiam se renovar-se, os quais os trabalhadores faziam trocas de bugigangas, além de interagir-se socialmente. (COSTA, 2005)

Por mais que houvesse mudanças nas hierarquias sociais, não abrangeu numa significativa revolução da mesma, ainda existirá uma elite que concentrava poderes, além da torre da Igreja Católica ser alinhada com a torre da fábrica, um contexto simbólico conservador e de superioridade a classe trabalhadora.

Na segunda metade do século XX há uma “desconcentração” industrial da região de São Paulo, o que significaria a busca de lugares propensos para reproduzir o capital econômico, e também implicaria na busca de novas matérias primas, já que a economia seguiria um caminho mais diversificado.

A participação da região do Vale do Paraíba no processo de interiorização da indústria paulista apresentou, contudo, algumas características próprias como por exemplo, a presença de uma mão de obra barata, portadora de um saber-fazer acumulado nas tradições culturais do Vale, nas práticas artesanais comuns no interior das fazendas e numa economia de troca revelada na barganha de Taubaté (mercado de coisas usadas) e no intercâmbio de produtos, principalmente alimentícios, entre as famílias. Dessa forma, o complexo cafeeiro, potencializado da liderança industrial paulista, produziu nessa região condições próprias para a introdução da industrialização e da urbanização, sem, entretanto, garantir a notoriedade dos tempos do café e nem no impacto registrado em outras regiões do Estado. (COSTA, 2006, p. 63)

A principal consequência dessa desconcentração foi a expansão do mercado, surgindo ilhas de produtividade, o incentivo de novas infraestruturas nas cidades. Outros pontos marcantes neste contexto é a inauguração da Rodovia Presidente Dutra, em 1950, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, em pista asfaltada, além de novas empresas que chegariam como a IQT – Industrias Químicas de Taubaté, entre várias outras, que transformavam não apenas a cidade, como o Vale do Paraíba inteiro num importante centro industrial.

Várias outras famosas indústrias se instalariam a partir de 1970 na cidade de São José dos Campos, as cidades vizinhas, Caçapava, Pindamonhangaba, Jacareí, também caminharam para serem polos industriais.

As transformações das cidades trazem consigo novas necessidades para a população, uma delas é voltada para a profissionalização da mão de obra. A medida que a indústria se moderniza, não apenas trabalhando com técnicas artesanais, mas sim, eletrônicos, produtos químicos, estando em locais que exigiria se especializar em segurança, e conhecimentos técnicos e complexos, surgem as escolas profissionalizantes, as quais se espalharam por todo o Brasil, e não sendo diferente para o Vale do Paraíba, enfatizando a cidade de Taubaté.

Capítulo 2. Educação e Trabalho: reformas e institucionalização das redes de ensino

2.1. Educação paulista dos anos 1920 e 1930: as reformas educacionais e o impacto social

Com a proclamação da República, busca-se novos modelos para instauração de uma organização escolar, estrategicamente enfatizando o conceito de “modernidade”, que dessa veracidade ao estado da Federação, assim inicia-se uma “remodelação” das instituições de ensino paulistas.

As reformas de Caetano de Campos vão dar continuidade a lógica estudada para este novo modelo que irá ser seguido, aprender focado, constante vigilância, uniformização, um modelo a ser seguido, “imitar” as práticas pedagógicas, dando a segurança de medidas que assegurassem que a reforma teria sucesso.

A “chave para o sucesso” eram mestres formados em outros países, material escolar importado, uma infraestrutura apropriada, e como já dito, a criação de moldes a serem seguidos nas instituições de ensino. Ressalta-se a questão do estrangeiro.

Nesta fase, nas duas primeiras décadas republicanas surgem a materialização de relatórios e anuários, a prática de registrar o que foi feito, com intuito de unificar das diretorias, essa estratégia contextualizada na modernidade, assim, o modelo paulista expande para os outros estados.

Ensino seriado, classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção, métodos pedagógicos modernos dados a ver na Escola Modelo anexa à Escola Normal e monumentalidade dos edifícios em que a Instrução Pública se faz signo do Progresso – essa era a fórmula do sucesso republicano em São Paulo. Viagens de estudo a esse estado e empréstimo de técnicos passam a ser rotina administrativa na hierarquia das providências com que os responsáveis pela Instrução Pública dos outros estados tomam iniciativas de remodelação escolas na Primeira República. (CARVALHO, 2011 p. 226).

Logo na década de 1920 o sistema entra em crise, tornando exaustivas tentativas de aplicar o método intuitivo, de uma educação recapitular. O motivo da crise não implica somente o campo pedagógico, mas também no campo político, social e econômico, com o intuito de expandir uma escola “nacionalista”, fato que não foi bem aceito por parte da população “rebelde”.

A partir deste momento, entramos em uma nova discussão, importante para compreendermos a década de 30, porém ainda nos anos 1920 a alfabetização entra em evidência, uma “questão nacional”, então, desenraizá-lo de nossa história torna-se prioridade para que atingisse a excelência nacional. Entra a questões culturais, quando contextualizamos esse assunto: o Brasil deveria manter o desenvolvimento da cultura ou heranças dos estrangeiros? Questões estas abordadas por Marta Maria Chagas de Carvalho (2011), esse dilema causa greves de operários, e disseminam discussões de “superioridades de raças”.

A população marginalizada presente em São Paulo, faz com que se estendesse a escola para que o sistema de ensino as atingisse, eis que então conheceremos a Reforma de Sampaio Dória, visava uma educação intelectual, moral e física, mobilizava as classes médias ao alistamento eleitoral, voto secreto, com intuito de combater oligarquias, ainda também, com a missão de extinguir o analfabetismo do país.

“A origem primária de toda a capacidade de conhecer é contato da inteligência cognoscente com as coisas a conhecer” (CARVALHO, 2011, p. 228), logo, o modelo de ensino visando a formação do cidadão, logo em 1921 a Reforma teve sua implantação pelo Decreto de 1.750 de 08 de dezembro de 1920. Ainda mantinha a uniformização, a padronização, inspeções escolares, criando as Delegacias de Ensino, abrangendo conhecimentos técnicos educacionais.

No Brasil, os grupos escolares foram criados e projetados para seguir o modelo republicano, a nova elite que aos poucos se fortaleceria, desde a proclamação, visava um espaço urbano “diversificado”, estruturar as cidades para “controlar” as populações pobres – um dos efeitos da industrialização – assim o projeto modernizador implantado nas escolas faz-se mais sentido ao decorrer da compreensão dos fatores externos estudados. O aumento das indústrias atraía pessoas para os centros urbanos, nem sempre essas pessoas teriam a cultura e costumes próximos do desejado dessa elite, o que começaria a ser visto como uma “ameaça” ao projeto.

As campanhas cívicas então tomam seu início, as escolas começam a surgir em lugares mais afastados dos centros urbanos, numa tentativa de conter o fluxo migratório, logo, compreendendo-se que a luta contra o analfabetismo acaba sendo invertida por “ajustar”, organizar os padrões definidos, de acordo com “cada povo”.

Assim a necessidade de uma implantação de mudança de mentalidade se torna prioridade, e com a educação cívica, vemos essa iniciativa, também vemos a crise oligárquica aumentando, um campo de ideias é aberto, a profissionalização da educação seria a nova medida moderna a ser colocada em prática.

Não bastaria apenas por parte das oligarquias tomarem essa iniciativa, como também, dos professores, inspetores, diretores, até os congressos, a imprensa, promoverem o apelo modernizador. Tudo isso fazia parte de um “jogo” de disputas políticas, que implicariam na modernização não apenas educacional, mas econômica também.

A escola, nesse momento, deveria deixar a imagem de “função alfabetizadora”, para tornar-se um organismo vivo, o qual se importância com as questões e funções sociais, com ideais de renovação e transformação, que apostaria em uma nova sociedade, e claro, moderna, fazendo com que a ciência fosse pilar e tratava em evidência nas questões pedagógicas.

Agora, mais eficientes, a educação novamente é alterada a novos moldes, as representações fotográficas nos livros didáticos também tomam partida na iniciativa de transformar e visar o homem moderno, onde a cultura estaria em evidência.

Ainda que a cultura estivesse em evidência, os traços estrangeiros continuavam a permanecer nas práticas pedagógicas e nos livros didáticos, como por exemplo, a introdução de desenhos, geometria e trabalhos manuais, da educação norte-americana estavam presentes em representações do ensino primário, que o governo usaria em suas justificativas da Reforma:

A escola primária hoje procura desenvolver a criança a sua personalidade, cultivando-lhe a vontade e a inteligência e armando-a para a vida com um senso prático de coragem, de iniciativa e de independência. A escola americana prepara a criança para a vida como se adestrada um lutador para a arena. Forte, confiante, a criança americana deixa a escola como um pequenino e empreendedor homem de trabalho, cheio de iniciativa, levando mais em conta os resultados materiais de sua atividade do que os cuidados com a sua cultura intelectual. Ora, na América, os trabalhos manuais e o desenho têm sido a grande escola de desenvolvimento da personalidade pelo cultivo intensivo da vontade e do pensamento. Enquanto as escolas teóricas e livrescas desenvolvem a inteligência e a imaginação, descurando à vontade, a educação americana fortifica sobretudo esta pela ação. (CARVALHO, 2011, p.242-243)

Anísio Teixeira, o novo percursor dessa fase da reforma, encararia uma nova questão, um problema da Bahia, como de todo o país: analfabetos diversificados nas extensas terras limitas na ordem econômica, e agora, o ensino seria incompleto para alguns ou integral para alguns outros? O governo paulista reformador não respondia à pergunta do problema identificado, a idealização da modernização e novo homem a ser formado pela escola ainda era uma questão delicada e difícil de ser alcançada.

Não seria tão simples as resoluções paulistas suprirem as necessidades do Nordeste, e o resto do país, assim viam um “desequilíbrio social” chegando, um “ensino primário incompleto” seria o viável a curto prazo. Mais uma vez encontra-se “soluções” norte-americanas: “a noção meramente privativa de imaturidade, a noção de educação como o ajustamento estático a um ambiente fixo ou a noção de hábito rígido e imutável”.

Essas observações de Anísio Teixeira se filiam a um falso desenvolvimento. E assim, a educação transformadora parte para novos ares, e o real sentido de “ajustar-se ao ambiente fixo”, apresentando uma postura política de que o meio social é fixo e cabe o aluno se adaptar, a escola assegurar-se dessa adaptação.

Outras observações interessantes de se ressaltar, que cabe perfeitamente ao contexto estudado é Anísio Teixeira trata o trabalho braçal e o trabalho intelectual como conceitos igualitários, e são igualmente dignos, passando esse princípio, também defendida por Fernando de Azevedo, para a escola.

A “escola do trabalho” é adotada, redefinindo programas educacionais e reformulando a integração da escola primária, e o ensino técnico profissional. Vários idealizadores dessa afirmação se entusiasmarão com essa ideia de unificação, como Edgar Sussekind de Mendonça.

Porém, já em 1929, a continuidade desse princípio já causa decepção em muitos dos que acreditavam nele, em prática com a Reforma, não se conformando mais com o “exílio social”. Anos posteriores, a década de 1930, com a Revolução, capitalizou a modernização, abrangendo uma Reforma no país, mas o campo educacional ainda não conseguiu buscar a excelência transformação social, sendo considerada uma das mais atrasadas. A concordância entre a realidade social e a modernização não era harmonizada.

A Revolução de 1930 teve uma vinculação com oligarquias, fato que implicaria diretamente na Reforma, que se empreenderia num caminho que não iria condizer com o tempo histórico. É correto afirmar que as instituições de ensino se centraram em se integrar com a sociedade do trabalho, Fernando de Azevedo encerra o ciclo de Reformas educacionais, principalmente no contexto pós-revolução.

2.2. A escola profissionalizante e a sociedade do trabalho

A força de trabalho brasileira já estava pré-determinada desde os tempos de colônia, onde formava-se uma sociedade pejorativa, excludente e racial. O olhar sob o trabalho sempre foi preconceituoso, não era algo que levantaria status entre a elite que estava aqui presente.

As indústrias tiveram seu expansionismo desde 1906, e com isso, veio novos ramos a serem explorados, logo, a necessidade de uma mão de obra especializada, mas quem iria suprir essa demanda? A aprendizagem compulsória, entre crianças e jovens órfãos e desvalidos, consistindo em ensinar os ofícios, foi a solução encontrada, os sujeitos sem famílias e sem rumo compuseram essa nova classe de trabalhadores, encaminhados aos arsenais militares, até atingir a maioridade.

O Colégio das Fábricas, instituição de iniciativa de D. João VI, também pretendia suprir as demandas de mão de obra, e também, com o surgimento de estabelecimentos comerciais e industriais no país, a fim de criar referências de unidades de ensino profissional, visando também abastecer as riquezas nacionais. As mudanças políticas do país, também trazem consigo novas forças produtivas, um progresso rápido, e isso, de certo modo, desenvolveria o modelo de aprendizagem técnica profissional.

Já aprofundando o assunto no ano de 1824, quando a Constituição já era projetada, ela não retrataria o ensino profissional de forma direta, mas ainda assim, ela trouxe significativas mudanças para as diretrizes do ramo educacional, especialmente no funcionamento de incorporações ofícios.

O projeto de lei sobre instituições públicas do Império consolidou a organização do ensino público, fato inédito até 1826. Desse modo, estruturar os níveis educacionais, dividindo-os matérias escolares, as quais abrangeriam desde o primário até o ensino superior. Após debates, com a aprovação do projeto, também incluiriam que as meninas aprendessem a costurar, e os meninos às artes e os ofícios.

Cabe ressaltar que o ensino de ofícios, quer por parte do Estado quer por iniciativa das sociedades civis, foi orientado basicamente por uma ideologia que se fundamentava, dentre outros aspectos, em conter o desenvolvimento de ordens contrárias à ordem política. (SANTOS, 2011, p. 221)

A estrutura de ensino do país, acompanhada pela produção manufatureira, intensificaram as organizações da sociedade, onde ainda os órfãos eram protagonistas dessa parte da população que se especializava para os trabalhos manuais, os quais estavam absorvendo aprendizagens voltadas para as artes dos ofícios. Nobres fazendeiros eram responsáveis por mediar essa estrutura. Doações eram feitas para estas instituições inicialmente, mas ao decorrer dos anos, elas foram lucrando e organizar financeiramente as escolas de artes e ofícios, obtendo materiais e recursos competentes que agregariam para uma sociedade em estado de modernização.

O Liceu as Artes Ofícios, instituição conhecida do Rio de Janeiro, tinha como objetivo propagar uma classe operária, técnica e artística, com cursos gratuitos. Logo em São Paulo também foi criada uma Liceu, já obtendo uma diretoria de membros que pertenciam a burocracia estatal. Dispôs-se de oficinas apenas posteriormente do regime republicano, graças aos mecanismos fiscais estabelecidos pelo Estado. A instituição procurou ministrar diferentes povos e conhecimentos, voltados para indústria e comércio, voltada a proporcionar a população técnicas para atuar no mercado.

Essa direção que foi dada tinha como objetivo não repetir o que estava acontecendo na Europa, naquele contexto, em que o movimento dos trabalhadores estava se dando de forma intensa, frente às contradições apresentadas pela Revolução Industrial no campo das relações entre capital e trabalho. (SANTOS, 2011, p. 221)

O elemento ideológico da década de 1930, traz uma formação inédita de mão de obra brasileira no mercado, embora o país fosse focado no modelo agroexportador, o contexto mundial implicava e impulsionava uma mudança de cenário. Uma forte pressão social, econômica e política intensiva que o Brasil deveria focar na produção industrial de fato, por mais que já houvesse indústrias desde a chegada da Família Real, agora a atividade industrial deveria ser prioridade.

O pensamento industrialista se converteu em medidas educacionais, pela iniciativa do Presidente da República, Nilo Peçanha, que baixou o decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criando 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada capital de Estado, com exceção do Rio de Janeiro, cuja unidade foi construída na cidade de Campos, e do Rio Grande do Sul, onde em Porto Alegre funcionava o Instituto Técnico Profissional, o qual recebeu posteriormente o nome de Instituto Parobé. Esse novo sistema de educação profissional, passou a ser mantido pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, e tinha como finalidade ofertar a população o ensino profissional primário e gratuito. (SANTOS, 2011, p. 212)

Havia critérios a serem examinados antes da admissão de alunos para o instituto, como por exemplo: ter no mínimo dez anos, no máximo 13 anos, e teriam favorecimento os que apresentassem menor renda. Em 1910 já haviam sido inauguradas as 19 unidades da rede de Escolas e Aprendizes e Artífices, ressaltando que foram implantadas com infraestruturas inadequadas, não obtendo oficinas equipadas, com falta de mestres qualificados, fatos que são cruciais para compreender o porquê de não terem sido eficientes.

A solução viável e que deveria ter tomada rapidamente seria de encontrar professores capacitados para atuar nessa rede de ensino, recrutando profissionais do primário, que novamente não obtiveram resultados positivos.

As fábricas continuavam sem trabalhadores com conhecimentos necessários para dar continuidade as produções, nesse momento percebe-se como é fundamental apresentar e obter uma base teórica, pois, só assim, seriam capazes de suprir a demanda e mudar o trajeto da economia brasileira. Importante ressaltar que houve também uma taxa significativa de evadas, onde em alguns locais mais da metade das inscrições foram abandonadas.

A partir do momento que os alunos já obtinham conhecimentos mínimos para atuarem numa fábrica, havia a desistência da continuidade do curso, poucos chegavam ao final. Mesmo com estes problemas, o Instituto foi fortalecendo sua imagem no mercado, e se consolidando cada vez mais, os seguintes presidentes da República se prontificaram de dar continuidade no investimento das instituições profissionalizantes em todos o país.

Com a chegada dos anos 1930 que demarcam as mudanças estruturais em um todo no país, o presidente Getúlio Vargas, parte de um movimento de revolução, onde a industrialização em larga escala, promovendo uma mudança do perfil da sociedade brasileira, motivada pelas características industriais.

Orientando-se novas políticas voltadas para educação, começando pela criação do Ministério da Educação e da Saúde, em 1930. O ensino industrial a partir desse momento começa a ser protagonista, podemos perceber principalmente a partir de 1942, quando é criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagens Industriais), iniciativa no governo Vargas, nascendo a partir de exigências para expansão industrial brasileira, que visava uma formação rápida e prática, em todo o país, tendo como principal objetivo profissionalizar alunos menores, afim de dar-lhes a função de dar continuidade ao trabalhadores mais velhos e sem formação.

Juntamente com essas medidas, as empresas tinham que seguir a legislação, sendo 8% da mão de obra composta por menores aprendizes, onde os mesmos também deveriam ter frequência obrigatória e fiscalizadas por essas empresas.

Já o sistema oficial de ensino industrial foi estruturado por iniciativa de Gustavo Capanema, que estava à frente do Ministério da Educação e da Saúde durante governo Vargas, no Estado Novo. A partir da Lei Orgânica do Ensino Industrial, que foi promulgada em 30 de janeiro de 1942, organizava-se esse ramo de ensino, que ficou dividido em dois ciclos: o primeiro, chamado de fundamental, era ministrado em três ou quatro anos. Havia também o ciclo básico, que compreendia o curso de mestria de dois anos; o segundo ciclo,

com duração de três a quatro anos, destinava-se à formação de técnicos industriais. Era oferecido nesse mesmo ciclo o curso de formação pedagógica, com intuito de habilitar professores para lecionar no ensino industrial. (SANTOS, 2011, p. 217)

O lado negativo desse novo formato é inflexibilidade que levaria ao ramo profissional, já que o aluno formado em curso técnico não poderia se inscrever num curso de graduação superior, somente seria permitido o mesmo continuar seus estudos em cursos relacionados a área que já foi habilitado.

Em 1945, com a queda do Estado Novo, retoma-se a liberdade dos pioneiros poderem protestar contra a Lei Orgânica do Ensino Industrial, em busca de mudanças e principalmente, a flexibilização da mesma. “Verifica-se nessa ação a busca de dois objetivos principais, dentre outros: a equivalência entre os ramos de ensino profissional e secundário e a eliminação da dualidade.” (SANTOS, 2011, p. 218)

Toda a trajetória do ensino profissional é marginalizada, sendo direcionada apenas o ensino secundário para elites, que posteriormente ocupariam diferentes funções no mercado de trabalho.

A Lei 1.076, de 31 de março de 1950, permitiu que os alunos formados em cursos profissionalizantes, pudessem ingressar em cursos científicos, apenas se realizassem avaliações em disciplinas não estudadas anteriormente no curso profissional, foi uma das primeiras iniciativas, dentre outras.

Logo em 12 de março de 1953, a Lei 1.821 liberou os alunos também formados em cursos profissionalizantes de qualquer ramo (industrial, comercial ou agrícola) a ingressarem em qualquer curso superior, com a condição de que fizessem exames de adaptação.

A Lei de Diretrizes e Bases 4.024 de 20 de dezembro de 1961, aprova pela primeira vez na história brasileira uma flexibilidade completa sobre o ingresso de qualquer curso de graduação superior para qualquer aluno que já estivesse com o curso secundário ou profissional concluído,

[...] previa um modelo de ensino médio subdividido em dois ciclos: o ginasial de quatro anos e colegial de três anos, ambos por sua vez compreendendo o ensino secundário e técnico profissional, permitindo com isso o acesso irrestrito ao curso superior para quem concluísse quaisquer das duas modalidades. (SANTOS, 2011, p. 219)

O SENAI também conseguiu se expandir a partir de Lei de Base e Diretrizes, desse modo, oferecendo também o curso ginasial em quatro anos, e o curso técnico em três anos, que

seria equivalente ao curso secundário, logo, os alunos poderiam cursar a graduação superior sem que houvesse barreiras no caminho.

Porém, não se bastasse muito, a dualidade criticada pelos protestos de operários não foi resolvida após aprovação da Lei, onde ainda existiam duas redes de ensino inseridas no sistema brasileiro, as quais mantiveram privilégios para as elites.

Isso ficou comprovado quando tomamos por base o quantitativo de matrículas levantando pelas estatísticas da época, ao constatarmos que: dos 1.129.421 alunos matriculados no segundo ciclo, a grande concentração era nas capitais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; 50% das matrículas correspondiam ao secundário: 45% aos ramos normal e comercial e apenas 5% aos ramos industrial e agrícola. (SANTOS, 2011, p. 219)

Dados estes fazem-nos refletirmos e fazer um comparativo de toda trajetória da história do trabalho, onde sempre a força física, a mão de obra, o serviço manual, fica a cargo das camadas mais pobres e excluídas da sociedade.

Capítulo 3. O Instituto Comercial de Taubaté: fluxos e reflexos

3.1. Por que criar uma escola profissionalizante em Taubaté?

Por meio dos estudos das perspectivas dos documentos analisados, incluindo documentos de registros em cartórios e matérias e anúncios de jornais, procurou-se compreender a motivação de institucionalizar uma escola profissionalizante no Vale do Paraíba, mais especificamente na cidade de Taubaté, entre os anos de 1920 e 1930.

Os documentos que instruíram o histórico do processo de institucionalização do Instituto Comercial de Taubaté, arquivados no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH), descrevem que os princípios e motivações para dar origem ao Instituto foram retomando o segundo capítulo, o fato da cidade representar um grande centro comercial, industrial e econômico, com grandes movimentações.

No Ofício encaminhado ao Diretor da Divisão de Ensino Comercial, Lafayette Belfort Garcia, pelos Diretores do Instituto em 1939, esclarece-se que:

O estabelecimento foi fundado em 28 de dezembro de 1938, com o nome de Instituto Comercial de Taubaté, tendo sido a origem d'essa iniciativa o fato de ser a cidade de Taubaté, o local de sua situação e fundação, um centro comercial e industrial de grande movimento, onde a instrução primária e secundária está se desenvolvendo intensamente, vindo o Instituto, ora fundado preencher uma forte lacuna, visto não existir nenhum outro no gênero na localidade. (Ofício da Divisão de Ensino Comercial, 29/03/1938).

O Instituto Comercial veio para “preencher uma forte lacuna”, como descreve os ofícios de registro de fundação colégio, pois não existia, até então, nenhuma outra escola deste gênero na localidade.

Nos jornais locais, como “A Folha”, foram localizados trechos que apresentavam a “Escola do Commercio”, e sua importância para a população. O estabelecimento profissional constituía em um centro de formação para serviços econômicos do movimento comercial, descrito como a “fonte principal da prosperidade e da riqueza nacional” (“A Folha”, 09 de agosto de 1931). A menção à Escola do Comércio, com nome diferente e anterior à criação do Instituto Comercial de Taubaté em 1938, pode indicar que, como de fato descobriu-se pela análise dos documentos, que houve uma iniciativa anterior. Percebeu-se que a Escola do Comércio era uma filial de um Instituto do Rio de Janeiro.

Escola de Commercio de Taubaté

--= Curso Especializado de Dactylographia ==--

Graças ao interesse que o sr. major Zanani de Assis, dd. Prefeito, tem demonstrado pela instrução da mocidade taubateana, a **Escola de Commercio de Taubaté** pôde conseguir 10 lindas machinas de escrever, para um

CURSO ESPECIALIZADO DE DACTYLOGRAPHIA
(Theorico e pratico)

Para os alumnos da mesma Escola, e para aquelles que, não o sendo, desejarem frequental-o.

As mensalidades são as seguintes :

DACTYLOGRAPHIA	15\$000
Dactylographia e correspondencia commercial, etc.	20\$000
Dactylographia, portuguez e contabilidade	25\$000

PROFESSOR DO CURSO -- **Evandro Campos**, diplomado pela Escola «VELOX» e com longa pratica em escriptorios e repartições publicas.

HORARIO e mais informações, na Secretaria da Escola ou com o encarregado do curso, á Rua do Sacramento 79.

Imagem1. Anúncio da Escola do Commércio. Jornal “A Folha”. 09/08/1931. Fonte: Hemeroteca Antonio Mello Júnior – Arquivo Histórico de Taubaté

A FOLHA

Escola de Commercio de Taubaté

Officializada pelo Governo Federal

Corpo docente escolhido

76 aulas por semana

E. I. M. 230

Curso de dactylographia

Os guarda-livros praticos podem prestar exames nesta Escola.

CESIDIO AMBROGI
FISCAL FEDERAL

Largo Dr. Monteiro n. 1 — Tel. 329

Imagem2. Anúncio da Escola do Commércio. Jornal “A Folha”. 09/08/1931. Fonte: Hemeroteca Antonio Mello Júnior – Arquivo Histórico de Taubaté

O jornal da “A Folha” nos anos de 1930, abordava principalmente a questão do comércio, em todo o Vale do Paraíba. Todas as páginas apresentavam um ponto comercial de Taubaté mesmo ou das cidades próximas, além da seção de anúncios apresentar uma variedade e diversidade de produtos, e também, instituições de ensino, como por exemplo, a “Escola do Comercio”.

A relação entre imprensa e pesquisa histórica, e, especificamente, no período do início do século XX é analisada pela historiadora Tânia de Luca:

[...] a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarríssimo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtaram de buscar parte das respostas na imprensa periódica, por cujas páginas formularam-se, discutiram-se e articularam-se seus projetos de futuro. (LUCA, 2010, p.120)

Nesse contexto – o da modernização urbana no início do século XX, analisado no primeiro capítulo -, a relação entre modernização, industrialização, urbanização e imprensa é muito estreita.

O mundo do trabalho industrial não pode ser dissociado das cidades e do processo de urbanização, com os quais guarda a mais estreita vinculação. Os estudos sobre o urbano constituíram-se em importante campo temático da pesquisa histórica. As transformações conhecidas por algumas capitais brasileiras nas décadas iniciais do século XX foram, em várias investigações, perscrutadas por intermédio da imprensa [...] (LUCA, 2010, p. 120)

Desse modo, o uso da imprensa como fonte para as pesquisas na área de história foi potencializado pela intensidade do processo histórico que o jornal diário pode acompanhar e registrar.

O novo cenário citadino do início do século XX abrigada uma infinidade de publicações periódicas: almanaques; folhetos publicitários de casas comerciais e industriais; jornais de associações recreativas, de bairros e das destinadas a etnias específicas; folhas editadas por mutuais, ligas e sindicatos operários, até os grandes matutinos e revistas ditas de variedades, principal produto da indústria cultural que então despontava. (LUCA, 2010, p. 120-121)

Assim, nas páginas do jornal “A Folha”, de Taubaté, também era exaltada nas reportagens questões como a localidade de pontos comerciais, a higiene, a freguesia, as encomendas, as inaugurações, o funcionamento nos feriados, como por exemplo o Natal, as exposições dos produtos. A descrição das lojas remete a um relato, indicando o que pode ser percebido como uma “intimidade” com o leitor.

Além da descrição completa dos estabelecimentos comerciais, também era apresentado os proprietários. “Inteligente” e “moderno” eram termos utilizados para retratar os donos dos empreendimentos.

“Uma Instituição Útil”. Esse foi o modo como “A Folha” (22/09/1932) se referiu ao Colégio, numa de suas notícias, comparando-o como um aparelho circulatório para garantir a produção e distribuição dos produtos da ação conjunta da agricultura e indústria. Logo, a população deveria aproveitar a escola e a educação comercial.

Aos comerciantes, também haviam os “avisos” em forma de colunas, ter funcionários preparados para as diversas espécies de processos que se compõe na atividade comercial, como por exemplo: contabilidade, escrituração, valores de mercadorias, taxas de transportes, valor relativo da moeda, relações bancárias, do curso da bolsa e código de comércio.

A publicação de 09 de agosto de 1931, sobre a “Escola do Commercio”, no Jornal da Folha, abordava que o colégio estava preparado para capacitar intelectualmente os alunos para estes conhecimentos citados, estudantes de ambos os sexos, preocupados em manter a “ordem”, apresentaram um corpo docente habilitado e aptos à regência de suas cadeiras e direção.

Além de várias colunas, anúncios e reportagens sobre os locais comerciais da região, notou-se também, o jornal sempre indicar matérias sobre livros, indicações de professores, promoções de cargos docente, substituições de funcionários das escolas, bolsas de estudos para ensino superior, anúncios sobre aposentadoria de professores. Também relatar o “progresso do ensino em Taubaté”, um surto progressista nas terras de Jacques Félix, aponta o jornal da A Folha.

Colunas que descreviam e enalteciam as mais populares escolas de Taubaté, incluindo o Colégio do Bom Conselho, Externato São José, e claro, a Escola do Comércio de Taubaté. Também se encontram anúncios sobre novos cursos e modalidades oferecidas pelas instituições de ensino, abertura de matrículas, novidades sobre livros didáticos.

Matérias com títulos “estimulando o estudo” (“A Folha”, 22/05/1932), acompanhadas com figuras de professores, diretores, docentes e alunos estudiosos eram comuns nos jornais da década de 1930. Estudantes promovidos eram enaltecidos nos jornais, acompanhados por vários adjetivos, engrandecendo seus esforços, capacidade e inteligência. Apontados como futuro da pátria, jovens aplicados e esforçados. As galerias de jovens apresentados na Folha fizeram sucesso. Outras publicações indicaram a “ideia feliz” de aplaudir publicamente os jovens mais estudiosos da sociedade taubateana.

A importância da formação profissional eram assuntos constantemente discutidos. Apresentava-se decretos institucionalizados por Getúlio Vargas, por exemplo, abordando o Decreto nº 21.033, de 08 de fevereiro de 1932, que estabelece novas condições para o registro de contadores e guarda-livros, modalidades estas já eram oferecidas pelo Escola de Commercio.

As indústrias de Taubaté também eram retratadas nos veículos de comunicação e informação da década de 1930. A Companhia Taubaté Industrial era uma das principais apontadas. Eram publicadas as reuniões dos funcionários, festas operárias, notícias das produções, e de como a Companhia se desenvolvia e se tornava uma das principais fontes econômicas do Vale do Paraíba.

Retomando os capítulos passados, a cidade de Taubaté representou nos anos de 1920 a 1930 em ser um centro econômico de prosperidade. Sua localização, seu histórico, sua variedade em comércio e indústria, sua ambição em institucionalizar unidades educacionais, e capacitar a população.

Os anúncios de jornais remetem esses aspectos. Em todas as páginas analisadas demonstraram uma preocupação em expor para os leitores notícias e anúncios sobre o comércio e indústrias locais. O contexto estudado retoma uma sociedade apreensiva em se modernizar o mais rápido possível, acompanhando o contexto global.

Os documentos analisados sobre regimento interno escolar e registros de cartórios também retratam dessa perspectiva taubateana: uma sociedade oferece uma demanda interessada em se profissionalizar para cargos comerciais e industriais.

3.2. A fundação do Instituto Comercial de Taubaté

O requerimento de 29 de dezembro de 1938, junto a um ofício de 09 de fevereiro de 1939, elaborado pelos Diretores do Instituto Comercial de Taubaté, para enviar ao Diretor Lafayette Belfort Garcia, o diretor da divisão de Ensino Comercial do Rio de Janeiro, a respeito da verificação prévia para os cursos que seriam aplicados no colégio, instruíram a investigação para o histórico da fundação da escola.

Os fundadores da instituição taubateana são: Edgard de Barros Pereira, alto funcionário da importante empresa Pireli da cidade de São Paulo, diplomado em Perito Contador; Emilio Simonetti, professor normalista, diplomado em guarda-livros e diretor do Ginásio do Estado de São Paulo, curso secundário, em Taubaté; Doutor Urbano Alves de Souza

Pereira, engenheiro cível e professor de Física do Ginásio do Estado, em Taubaté, e Diretor técnico da Companhia Predial e Construtora em Taubaté (Ofício da Divisão de Ensino Comercial, 29/03/1938).

O estabelecimento foi fundado em 28 de dezembro de 1938, com o nome de Instituto Comercial de Taubaté. O edifício de funcionamento se localizava à rua Doutor Whinter, nº 107, situado na zona comercial da cidade. A escola funcionava no segundo pavimento deste prédio, sendo o primeiro, uma loja de ferragens, louças e arreios. Esta edificação, inicialmente era alugada.

O edifício está localizado à rua Dr. Winther nº 107, na zona comercial da cidade e compõe-se de dois pavimentos, sendo que o Instituto funciona no segundo pavimento, funcionando o primeiro uma loja de ferragens, louças e arreios, sendo a entrada do Instituto independente e pela frente do prédio. O prédio pertence ao senhor Humberto Ambrogi, proprietário da loja estabelecido no primeiro pavimento, já citato, o qual aluga o segundo pavimento ao Instituto pela importância de 250\$000 mensais. (Ofício da Divisão de Ensino Comercial, 29/03/1938).

Foi anexada ao ofício uma planta da construção do edifício, onde o Instituto se situava. Todas as características relacionadas a construção do imóvel foram detalhadas, juntamente com documentos e relatório de custas.

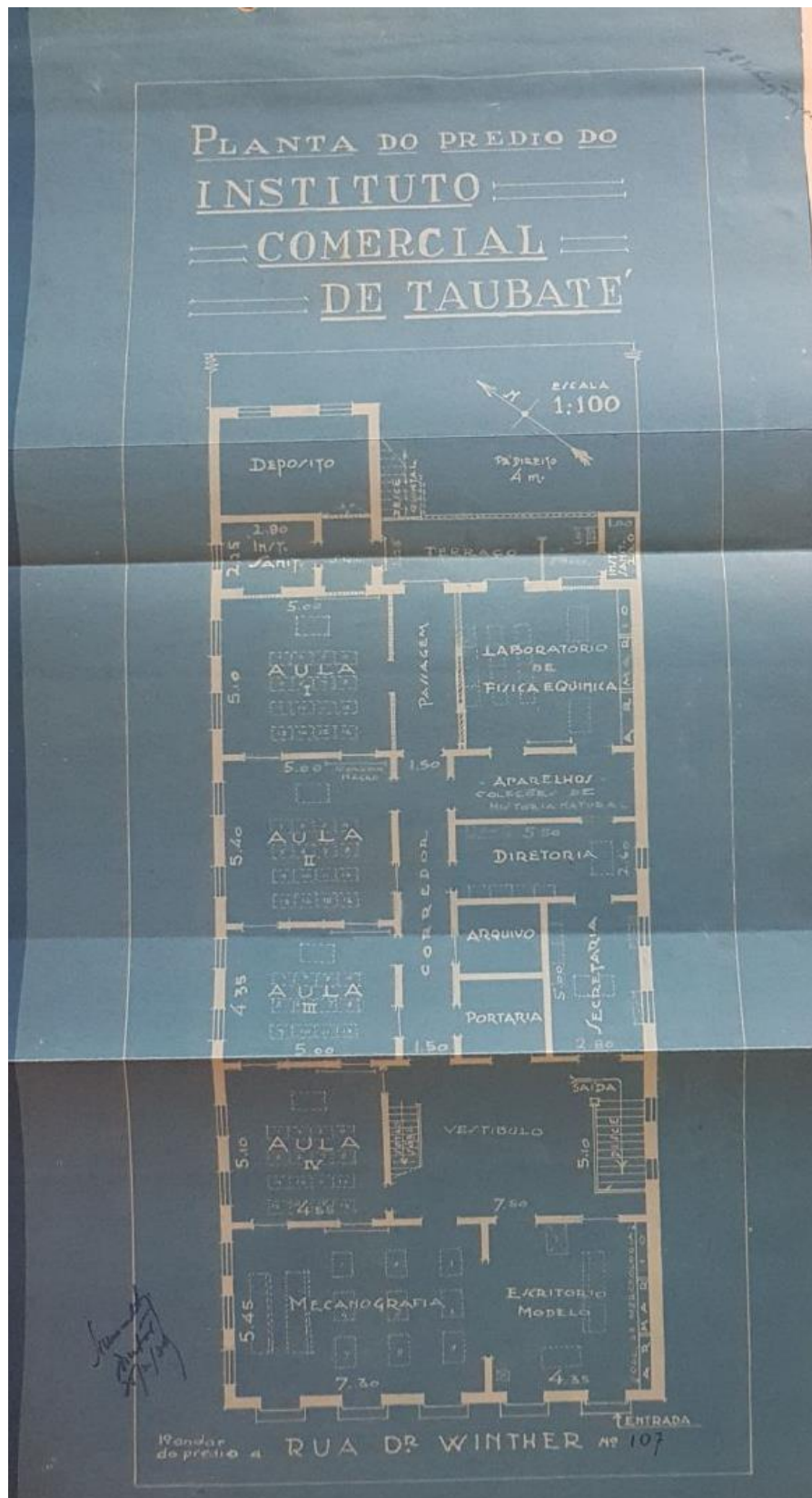


Imagem3. Planta do primeiro prédio no Instituto Comercial de Taubaté, situado à Rua Doutor Winter nº 107. Ofício da Divisão de Ensino Comercial, 29/03/1938. Fonte: Acervo do Centro de Documentação Histórica da Universidade de Taubaté.

Nos relatórios estudados, apresentam o prédio com condições pedagógicas, apesar de não ter uma construção moderna, oferecia condições de “salubridade”. As dependências e instalações pertenciam em partes iguais aos seus respectivos fundadores. A direção era de cargo do professor Emilio Simonetti, descrito como uma pessoa conceituada e próspera na região.

O edifício embora não seja de construção moderna, como se vê pela planta anexa, oferece as condições necessárias de salubridade e conforto – Condições pedagógicas – São boas, pois as salas de aulas, o laboratório de química, gabinete de física, museu de história natural e merceologia, recebem bastante ar e luz natural direta. (Ofício da Divisão de Ensino Comercial, 29/03/1938).

Apesar dos registros cartorários apresentarem a data de fundação do Instituto em 29 de dezembro de 1938, foram localizados anúncios de jornal a respeito da “Escola de Comércio”, em Taubaté, uma sucursal do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, reconhecida pelo Governo Federal, do decreto nº 3.239 de 10 de janeiro de 1917.

Há notas de Cesidio Ambrogi, a respeito da Escola de Comercio de Taubaté, documentos estes arquivados no Arquivo Histórico da Taubaté, o qual cita como a data de fundação aos 29 de julho de 1922. O colégio é descrito como um raro estabelecimento de ensino, e enaltece os professores e diretores Francisco Fuginett e José Benedito Cursino, pelos seus esforços e méritos, sem nenhum estímulo oficial (Poliantéia da Escola de Comércio de 1925).

O discurso para formatura da primeira turma formada, o professor Francisco Fuginett, aponta o quão difícil foi manter a escola em funcionamento, e também, indica a importância do diploma comercial, apontando as atividades industriais, como produção e importação de produtos nacionais (Poliantéia da Escola de Comércio de 1925).

A entrega dos diplomas aos novos contadores e guarda-livros aos 14 de dezembro de 1924, na Poliantéia da Escola de Comércio de 1925, situado à Rua Duque de Caxias, como apresentam os documentos, relatam a presença de figuras importantes para a história da até então Escola do Comércio. Hermann Fleiuss, o diretor do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, da época.

Estiveram também presentes os professores Francisco Fuginetti, Joaquim Manoel Moreira, José Benedito Cursino, Gentil Andrade, Luiz Augusto da Silva, respectivamente diretor, vice diretor e diretor secretário da Escola do Comércio de Taubaté, representaram o diretor Carlos de Campos, também contou com a participação de Félix Guisard Filho, coronel

João Fleury de Souza Amorim, professor Antônio Luiz Schiavo, delegado regional interino de instrução pública em Taubaté, dentre outras figuras importantes, para apreciação da primeira turma formada. (Poliantéia da Escola de Comércio de 1925).

Ao que tudo indica, a matriz localizada no Rio de Janeiro trouxe a sucursal para Taubaté em 1922, tendo sua primeira turma formada em 1924.

O jornal “A Folha” contém anúncios da Escola do Comércio nos anos de 1931, indicando a sede no endereço Largo Doutor Monteiro, nº 1 e Rua do Sacramento, nº 79, indicada como a secretaria da escola. Oferecendo cursos profissionalizantes de mesma natureza com os que foram apresentados pelos documentos que instruíram o registro do Instituto Comercial de Taubaté.

Cesidio Ambrogi é indicado pelos jornais como o fiscal federal da Escola do Comércio, e foi professor no Instituto Comercial, como descreve os registros cartorários. Além dos fundadores enviarem um ofício com prévias do estabelecimento, com informações do prédio, professores, cursos oferecidos e relatório de custas para Lafayette Belfort Garcia, indicado como o diretor da divisão de Ensino Comercial do Rio de Janeiro.

Assim como, também, está descrito no ofício que o Instituto Comercial de Taubaté foi o primeiro estabelecimento deste gênero na região. Como há semelhanças entre funcionários e as descrições dos cursos, logo, as informações coletadas nos documentos a respeito do colégio indicam que se trata da mesma instituição. (Ofício da Divisão de Ensino Comercial, 29/03/1938).

Logo, o ensino profissionalizante em Taubaté existe desde os anos iniciais de 1920. A importância do comércio e a preocupação de instruir a população para as mudanças que estavam sendo efetivas nas áreas comerciais e industriais da cidade.

A instituição de ensino chegou em Taubaté num contexto de reformas no ensino, significativas mudanças no cenário econômico de todo o país e intensificação na criação de indústrias. A cidade, acompanhou toda a trajetória de desenvolvimento do país.

3.3. O Ensino no Instituto Comercial

Tanto a Escola de Comércio, quanto o Instituto Comercial de Taubaté, ofereciam cursos profissionalizantes. Os registros localizados em jornais, e discursos de paraninfos das

primeiras turmas de formandos, em 1924, indicam que os colégios ofereciam cursos de datilografia, correspondente ao comércio, ou para o Português ou Contabilidade, e cursos de guarda livros.

Em 23 de fevereiro de 1939, no jornal “Nossa Terra”, foi divulgado um concurso para contratação de professores para o Instituto Comercial de Taubaté. Para assumir as cadeiras, eram necessários terem especialização em Contabilidade, Mecanografia, Legislação Fiscal, Direito Constitucional, Civil e Comercial.

Na secretaria do Instituto, à rua dr. Winter, 107, acha-se aberta a inscrição para concurso de provimento das cadeiras de Contabilidade, Mecanografia, Legislação Fiscal e Direito constitucional, civil e comercial. [...] (Anúncio do concurso de contratação para o Instituto Comercial de Taubaté. Jornal “Nossa Terra”. 23/02/1939.)

Os professores que assumiram o curso de propedêutico foram Cesidio Ambrogi, lecionou Português, Joaquim Manoel Moreira, lecionou Francês e Caligrafia, Urbano Alves de Souza Pereira, lecionou Inglês, Jayme Pereira Vianna, lecionou Matemática (aritmética, álgebra e geometria), José Alves Féo, lecionou Geografia, História, do Brasil e da Civilização e Corografia, Alcides Matos Alves Ferreira, lecionou Física, Química e História Natural. Os professores de Perito Contador foram, também, Urbano Alves de Souza Pereira lecionou Matemática Comercial, Armando Barros Pereira, lecionou Contabilidade, Estenografia e Mecanografia, Álvaro Cezar Braga lecionou Direito Constitucional e Civil, e Nilo Mattos lecionou Legislação Fiscal. (Ofício da Divisão de Ensino Comercial, 29/03/1938).

A intenção do Instituto também era oferecer cursos de Auxiliar de Comércio, porém, não compareceu nenhum candidato para realizar a matrícula, de acordo com os ofícios enviados ao Instituto Comercial do Rio de Janeiro, 1939.

A direção do Instituto Comercial de Taubaté foi para cargo de Emilio Simonetti, que exercia apenas funções de diretor, não foram encontrados registros documentais de que houve prática na docência por ele, no Instituto.

Em 1965, a Sociedade Taubateana de Ensino, representada por Cesidio Ambrogi, adquiriu um terreno situado à rua Conselheiro Moreira de Barros nº 203, o qual a partir de deste período, a funcionalidade da escola se situou a esse endereço. A partir dessa data, os documentos, como regimentos escolares, anunciam o, até e então, Instituto como Colégio Comercial de Taubaté.

O regimento escolar apresenta o Colégio Comercial de Taubaté com algumas identificações jurídicas, como o registro de Pessoa Jurídica adquirido em 28 de dezembro 1966, autorizado a funcionar pela Portaria Ministerial nº 72, de 22 de abril de 1940 do Ministério da Educação e Saúde, com sede no Rio de Janeiro. (Regimento Escolar aprovado em 04/12/1984)

Os objetivos apresentados nesse regimento compõem-se em “proporcionar educação necessária para desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente de cidadania.” (Regimento Escolar aprovado em 04/12/1984)

As disciplinas continuaram a ser voltadas para campo profissional, como cursos de Contabilidade, Secretariado e Administração.

A instituição passou a ser mantida pela Sociedade Taubateana, em novo endereço, com novas propostas de disciplinas, mas ainda voltada para educação profissional.

3.4. Representações do Instituto Comercial de Taubaté.

O ofício elaborado pelos fundadores do Instituto Comercial de Taubaté, em 1939, além das descrições do prédio, cursos, professores, direção e relatórios de custas, também anexou fotografias demonstrativas sobre os espaços que iriam ser utilizados para funcionalidade do Instituto.

Neste capítulo pretende-se buscar e identificar a partir das fotografias a maneira que o Instituto Comercial de Taubaté era representado. A ferramenta identifica uma construção social da temática escolar, buscando identificar as funções atribuídas na escola, a partir dos espaços registrados.

Para desconstruir as imagens e compreender seu sentido, e para criar ou ratificar categorias, é necessário, em primeiro lugar, identificar as convenções cristalizadas. É preciso estabelecer distinção entre o conteúdo factual, objetivo e figurativo das imagens e o convencional, ou seja, os sentidos que lhe foram atribuídos ao longo do tempo, procurando identificar as permanências e, mais do que isso, os motivos pelos quais certas convenções se fixaram. Parece certo que identificar convenções requer um grande repertório de referências culturais e, metodologicamente, o trabalho com séries. (ABDALA, 2013, p.111)

A partir da concepção apontada neste trabalho, a proposta engloba em analisar as funcionalidades do Instituto Comercial de Taubaté, que atuou de 1939 até 1965, quando houve

a mudança de prédio e passou a ser administrado pela Sociedade Taubataena de Ensino. Focando em sua localidade, equipamentos, organização das salas, entradas de luzes e sombras.

A primeira foto anexada ao Ofício foi a planta do edifício (Imagem 2). Em seguida, apresenta-se a fachada do edifício.

No que se refere ao enquadramento, as fotografias externas das fachadas atendiam, geralmente, a demandas de identificação e de propaganda. Assim, o enquadramento seguia, no primeiro caso, a tendência frontal e de conjunto. Esteticamente, para atender à expectativa do uso desse tipo de fotografia com fins propagandísticos, pode-se inferir que o enquadramento era diagonal, para dar a sensação de continuidade, e o posicionamento da câmera era *contraplongé*, ou seja, de baixo para cima, para atribuir ao prédio uma imagem de monumentalidade. (ABDALA, 2013, p. 121)

Os aspectos arquitetônicos da fachada do prédio não apresentam apenas uma estrutura documental para demonstrar condições pedagógicas, mas também, a ambição de continuar uma administração escolar efetiva para população e região.

Nesse sentido, o produto arquitetônico ultrapassa suas funções precípuas de suprir as necessidades funcionais, despertando ambições, tais como a de simbolicamente constituir monumentos, marcos visíveis da intervenção do homem na organização social e urbana, por meio das administrações públicas. (ABDALA, 2013, p.121)

Também é possível notar em todas as imagens, a condição dos espaços vazios, inclusive na fotografia da fachada. “O observador pode, efetivamente, “visitar” o prédio por meio das imagens registradas pelo fotógrafo.” (ABDALA, 2013, p.122)

O prédio não apresenta construções recentes, mas demonstra ter salubridade, como descrito no ofício, além de ser possível perceber detalhes elegantes em sua fachada. Além de que sua edificação ser localizada em uma rua que até os dias atuais é bem situada para pontos comerciais e administrativos.



Imagem 4. Fachada do primeiro edifício do Instituto Comercial de Taubaté. Situado à Rua Doutor Winter nº 107. Ofício da Divisão de Ensino Comercial, 29/03/1938. Fonte: Acervo do Centro de Documentação Histórica da Universidade de Taubaté.

Essa fotografia registra a fachada do primeiro prédio no qual funcionou o Instituto Comercial de Taubaté, como já mencionado neste capítulo. As aulas aconteciam no segundo pavimento. Ao analisar essa fotografia, sua localidade aparentava ser em uma rua calma, no entanto, essa rua era situada no centro da cidade, e a presença das carroças podem indicar indícios de movimentações comerciais. Além disso, devido à constatação de que o primeiro pavimento era uma loja de ferragens, também pode indicar que seja um lugar situado ao centro econômico da região.

Além de sua localidade, a fachada do edifício também indica que o primeiro prédio do Instituto tinha uma construção sofisticada, por apresentar detalhes aparentemente realizados de ferragens, material seletivo para a época.

O Instituto Comercial de Taubaté era composto por gabinetes de Física e de Química. Porém, as fotografias não apresentam nenhum tipo de prática escolar, como já mencionado, as imagens são de espaços vazios. “Ressalta-se também que o espaço vazio dirige a atenção para os aspectos arquitetônicos e para os recursos apresentados” (ABDALA, 2013, p.125).



Imagem5. Gabinete de Física. Ofício da Divisão de Ensino Comercial, 29/03/1938. Fonte: Acervo do Centro de Documentação Histórica da Universidade de Taubaté.

A fotografia se mantém num padrão diagonal, favorecendo o acesso à luz natural. Percebe-se que o foco desta imagem é demonstrar os equipamentos escolares, e equipamentos específicos de Física, quadros do corpo humano, organização e espaço deste gabinete. As carteiras são em fileiras e bem distribuídas para sala, embora não apresente um quadro negro. Nesta fotografia é possível observar a quantidade de objetos demonstrativos e expositivos para as aulas.

O foco desta imagem é nitidamente os materiais de Física. Demonstrar a qualidade e a viabilidade dos equipamentos é analisado nessa apresentação de fotografias. A preocupação em apresentar um espaço minimamente organizado e finalizado para dar início às aulas.



Imagem6. Laboratório de Química. Ofício da Divisão de Ensino Comercial, 29/03/1938.
Fonte: Acervo do Centro de Documentação Histórica da Universidade de Taubaté.

O laboratório de Química, dando sequência do de Física, apresenta aspectos próximos da fotografia anterior (imagem 5). A imagem segue pela diagonal, acompanhando a distribuição de luz natural. As carteiras também são em fileiras conjuntas, próximas à mesa do professor.

O *close* da fotografia capta os materiais específicos de Química, numa perspectiva muito semelhante à fotografia do gabinete de Física. Os tubos de ensaio e prateleiras com outros equipamentos químicos minimamente organizados, enfileirados e posicionados para aulas expositivas, também sem a presença de quadro negro, mas acompanhada de vários elementos demonstrativos para a disciplina.

Os espaços vazios também seguem a padronização do conjunto de imagens. Elementos arquitetônicos e apresentação dos apetrechos didáticos planejados e demonstrando eficácia administrativa.

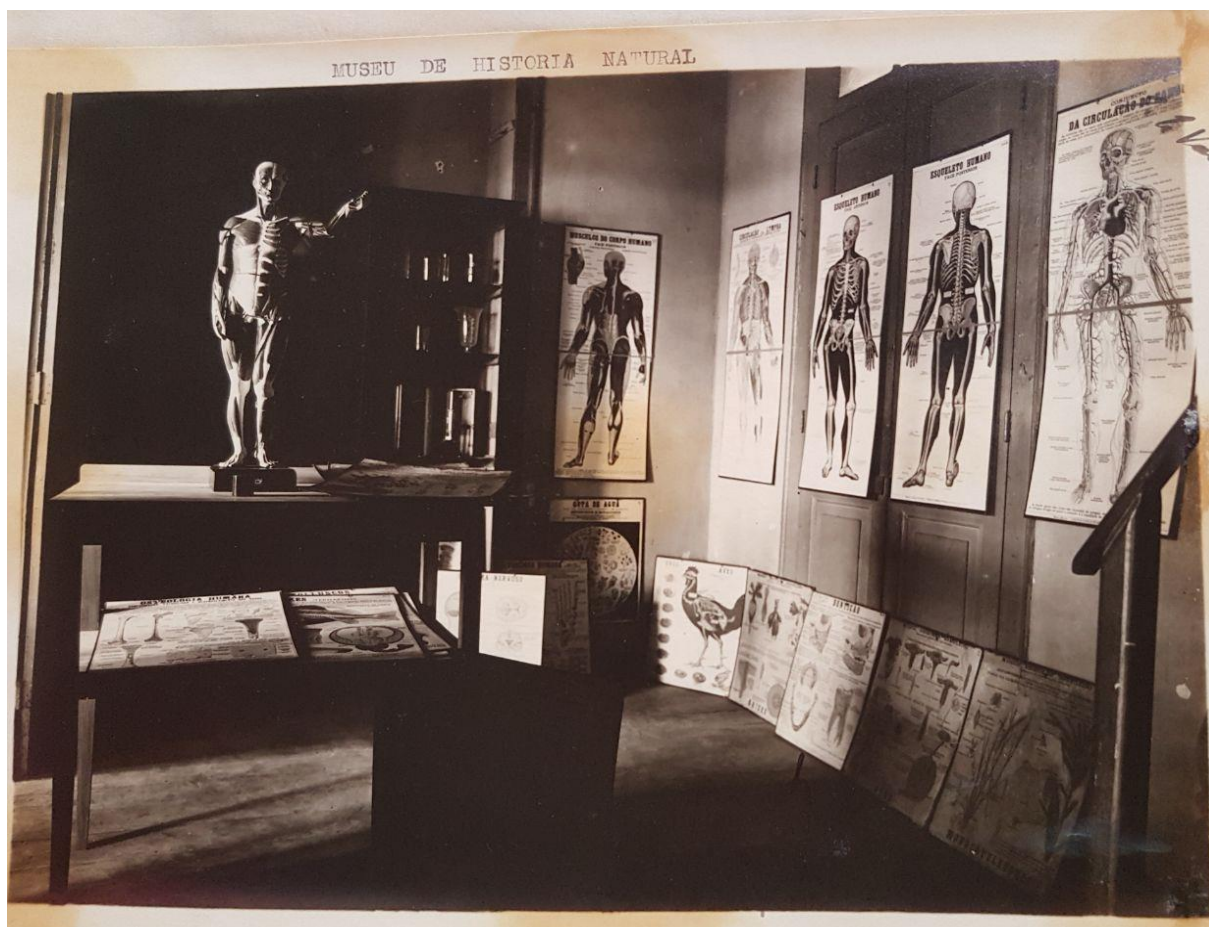


Imagem7. Museu de História Natural. Ofício da Divisão de Ensino Comercial, 29/03/1938.
Fonte: Acervo do Centro de Documentação Histórica da Universidade de Taubaté.

A fotografia do Museu de História Natural apresenta um aspecto fora do até então, seguinte padrão. A utilização de sombras nesta imagem é diferenciada, apresentando uma dramatização. O ângulo diagonal e os espaços vazios de prática humana permanecem.

O *close* desta imagem são os quadros e a estatueta de um modelo humano para estudos específicos em anatomia, dando uma sequência nos conteúdos apresentados nos quadros.



Imagem8. Museu de Merceologia. Ofício da Divisão de Ensino Comercial, 29/03/1938.
Fonte: Acervo do Centro de Documentação Histórica da Universidade de Taubaté.

Nesta imagem, também quebrando a sequência de fotográficas diagonais, apresenta uma proposta diferente. O ângulo escolhido foi o frontal com enquadramento de conjunto com foco no primeiro plano, procurando apresentar os detalhes que se compõe dessa amostra de equipamentos.

A luz é bem distribuída, sendo possível enxergar todos os equipamentos dispostos neste museu. Também apresentam elementos regionais, como os chapéis e vasos. Inidicando uma preocupação com os detalhes da apresentação do Instituto. Não apenas ser um lugar que se profissionaliza, mas um lugar que possui elementos culturais, apresentando dois museus em seu edifício, ambos com elementos pedagógicos.

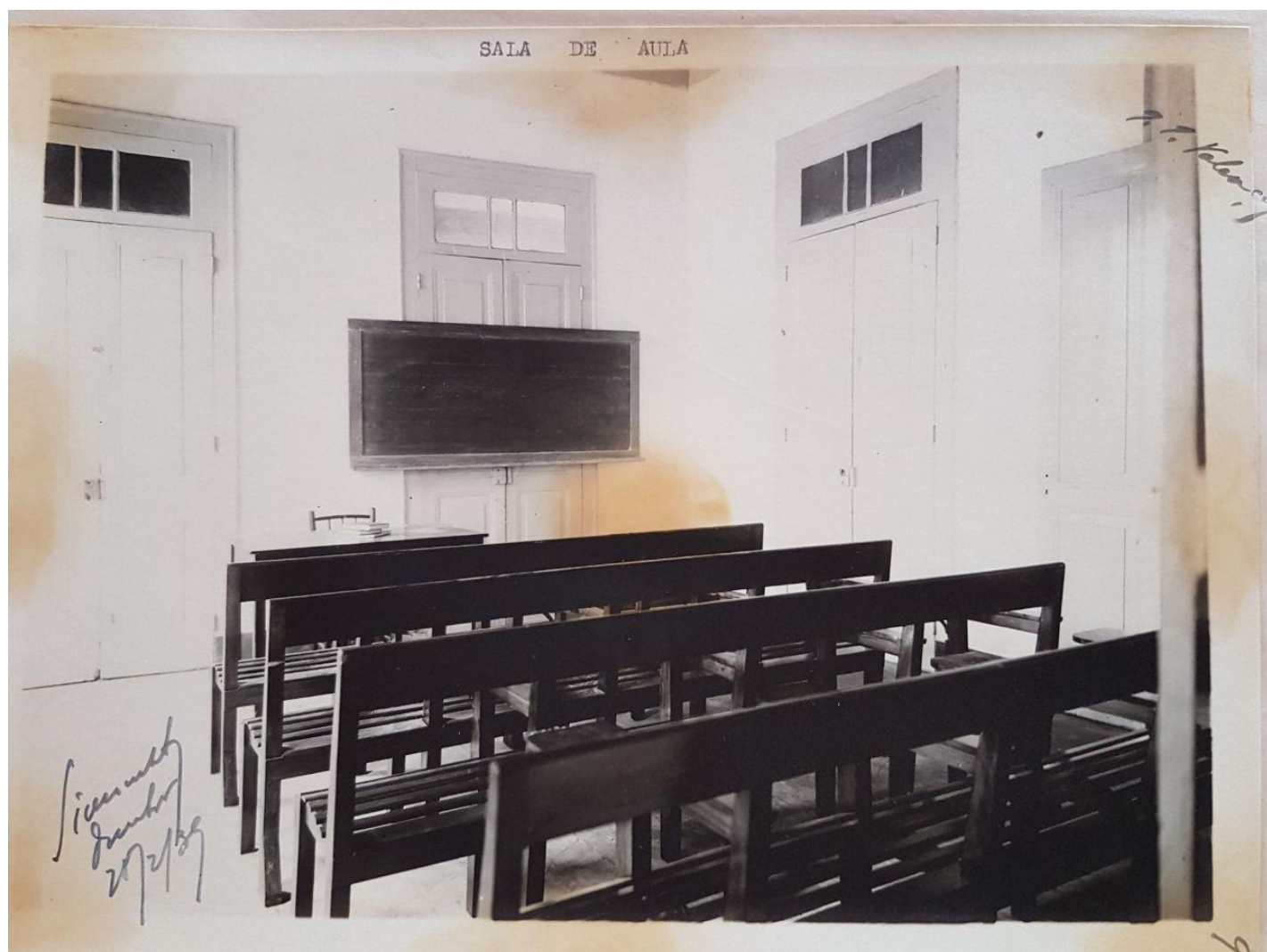


Imagem9. Sala de aula. Ofício da Divisão de Ensino Comercial, 29/03/1938. Fonte: Acervo do Centro de Documentação Histórica da Universidade de Taubaté.

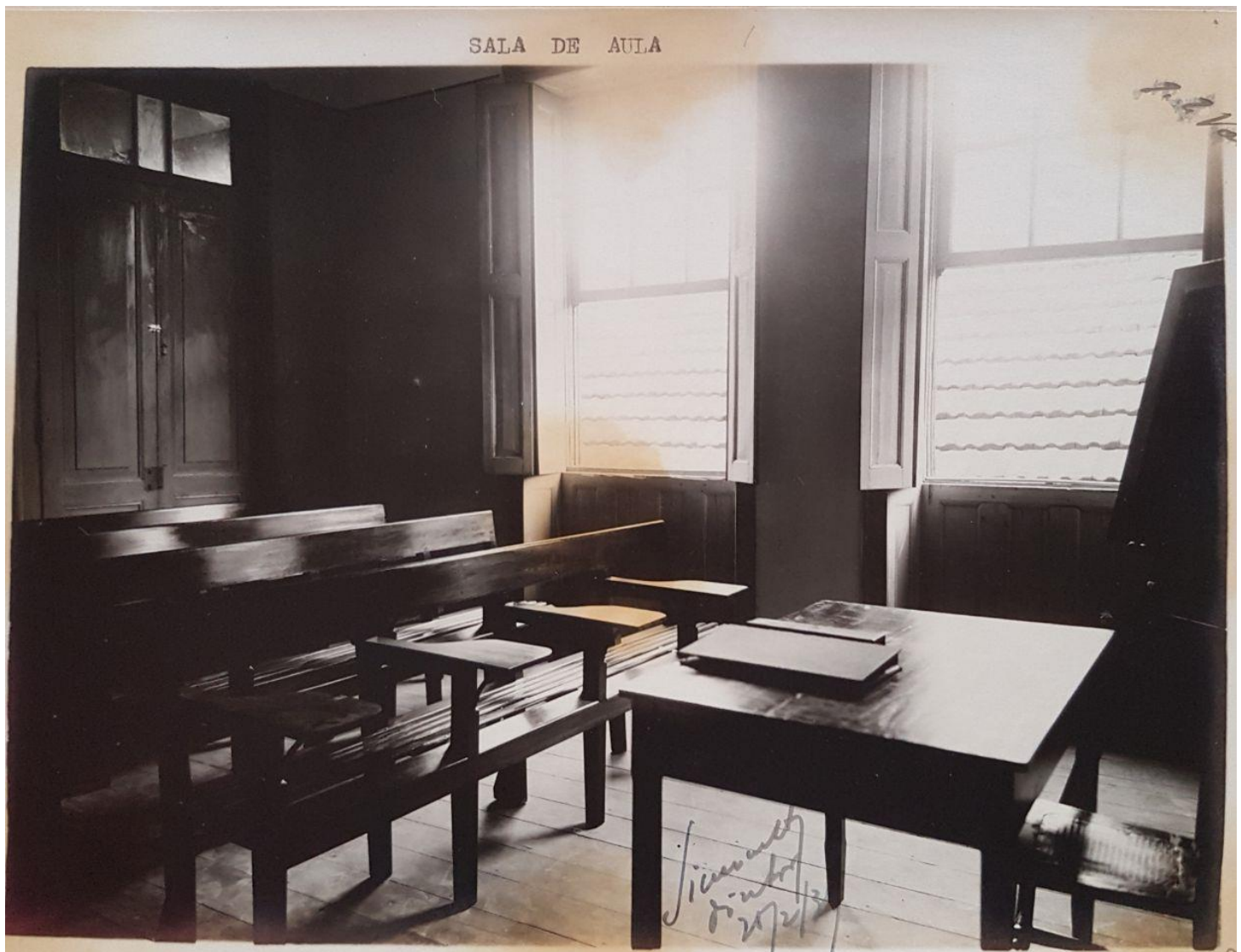


Imagem10. Sala de aula. Ofício da Divisão de Ensino Comercial, 29/03/1938. Fonte: Acervo do Centro de Documentação Histórica da Universidade de Taubaté.

As duas imagens (9 e 10) apresentam as salas de aulas. Cada uma foi tirada de um ângulo, dando um foco, e importância, principalmente para a distribuição das carteiras. Todas são enfileiradas, em conjunto. Em ambas as salas são possíveis perceber a presença de livros e cadernos na mesa do professor, indicando ser uma foto posada, composta com a intenção do registro. O objetivo parece ter sido demonstrar o equipamento e os recursos para dar funcionalidade ao Instituto.

A distribuição de luzes é diferente. Enquanto a imagem 9 segue o ângulo a favor da luz, dando uma clareza para a sala, e um foco para o quadro negro, a imagem 10 segue contra a luz, enfatizando um conjunto de sombras, mas não prejudicando a iluminação da sala. Aparenta ser o foco da imagem 10, a mesa do professor, mas a maior parte se observa os lugares dos alunos.

A sequência de fotos desabitadas segue nas salas de aulas, não se observa nenhuma prática escolar, apenas equipamentos.

No caso da escola, o registro fotográfico conformou um olhar sobre as práticas escolares, pois, mesmo quando apresenta o espaço escolar desabitado, restringindo-se a aspectos arquitetônicos, pressupõe o uso e as apropriações desse espaço [...] (ABDALA, 2013, p.116).



Imagem11. Escritório Modelo. Ofício da Divisão de Ensino Comercial, 29/03/1938. Fonte: Acervo do Centro de Documentação Histórica da Universidade de Taubaté.

O escritório modelo indica ser o local com funções mais administrativas de todo o acervo de fotografias anexadas ao Ofício. Sendo possível perceber pela presença de armários, máquina de escrever, mesas separadas, telefone. Além de ser um espaço maior do que indicou ser as salas de aulas (imagem 9 e 10), indicando ser o local de recepção para realizações de matrículas e questões burocráticas para se regularizar na escola.

A análise das fotografias presentes no Ofício indica que os registros tiveram a intenção de apresentar os recursos e os espaços do Instituto, foram tiradas para uma apresentação ao supervisor da matriz localizada no Rio de Janeiro. Como já mencionado, o ofício foi enviando antes do início das aulas. Indicando que todas as informações e imagens nele anexas, serviriam para uma “aprovação” para dar início à sua atuação

A diversidade temática das fotografias escolares reflete a complexidade do universo da cultura escolar e a sua relação com a sociedade. A escola produz imagens de si mesma e reproduz referências sociais a partir, tanto das perspectivas temáticas, quanto da apropriação de modelos de representação cristalizados pelo registro fotográfico. (ABDALA, 2013, p.164).

As representações do espaço utilizado pelo Instituto Comercial de Taubaté seguem a ideia de transmitir de um espaço moderno, equipado, e ideal para os alunos seguirem sua profissionalização.

Demonstrou a preocupação de utilizar vários e abrangentes materiais específicos, principalmente nas salas de Física e Química, com amostras, tubos de ensaio, quadros, entre outros materiais. Sendo a instituição responsável por toda organização e salubridade do local.

O Intuito Comercial de Taubaté visou em apresentar à toda comunidade um ambiente preparado para trazer novas perspectivas para população, em se profissionalizar e qualificar para novos ambientes de trabalho que surgia em Taubaté. “As fotografias sobrevivem às gerações que vivenciam esses momentos.” (ABDALA, 2013, p.165). As fotografias brevemente analisadas demonstram essa proximidade com o ambiente escolar.

Considerações finais

Após localizar a documentação do objeto de estudo, inúmeras temáticas de pesquisa surgiram. Porém, o ponto inicial para questionar foi o processo de institucionalizar uma escola, com propostas completamente inéditas para região de Taubaté e todo o Vale do Paraíba: profissionalizar a população e prepara-la para um novo contexto na sociedade do trabalho. O surgimento de indústrias e pontos comerciais na localidade era evidente.

Realizar a pesquisa voltada para a temática da História da Educação, com grande parte da documentação arquivada no Centro de Documentação Histórica (CDPH), inicialmente, aparentou ser uma escolha metodológica concreta e simplificada. Porém, ao analisar com profundidade, apenas os documentos oficiais do Instituto Comercial de Taubaté, como os ofícios elaborados por seus fundadores, regimentos escolares, documentos da Prefeitura Municipal, não respondiam todos os questionamentos que surgiam ao decorrer das análises.

Novas problemáticas apareceram, analisar apenas documentos vindos da própria escola não era o suficiente. Tendo em vista que foi descrito que a presença de um ensino profissionalizante seria aplicada pela primeira vez na cidade de Taubaté. Por esta razão, pesquisar na Hemeroteca Antônio Mello Júnior, do Arquivo Histórico de Taubaté também foi de extrema importância, pois ao analisar o jornal “A Folha”, novas descobertas foram observadas, e novas hipóteses foram criadas.

O Ofício elaborado pelos fundadores do Instituto Comercial de Taubaté indica sua criação em 28 de dezembro de 1938. Porém, há registros no jornal que indicam a “Escola de Comércio”, com fundação em 29 de julho de 1922, sendo um estabelecimento com propostas idênticas ao Instituto, de fomentar a educação profissionalizante em Taubaté. Além de que na documentação arquivada no CDPH, não teria alguma menção à Escola de Comércio. A partir desse momento foi preciso compreender as contradições que os documentos apresentaram.

A Escola de Comércio e o Instituto Comercial de Taubaté se constituíram de uma figura em comum: Cesidio Ambrogi, que em ambos estabelecimentos apareceu como fiscal e professor. Outro aspecto notado foi de que ambas escolas sempre se referiam ao Instituto Comercial do Rio de Janeiro, sendo elas, filiais deste.

Os documentos analisados da Escola de Comércio se compunham de anúncios de jornais, e livretos de discursos de formaturas. Eles indicavam sua sede, sua fundação, professores e funcionários, cursos e disciplinas trabalhadas para aulas. Porém, não indicavam seu registro jurídico, diferente do Instituto Comercial de Taubaté.

A partir dessa questão apontada, foi possível elaborar uma hipótese para essa contradição. Ambas escolas foram “fruto” de uma mesma matriz: o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, mas apenas uma se consolidou tanto fisicamente, quanto juridicamente: o Instituto Comercial de Taubaté.

A Escola de Comércio teve sua extrema importância para a cidade, pois tudo indica que ela seria a primeira a apresentar cursos profissionalizantes. Várias menções no jornal “A Folha” sobre a Escola apontam como ela estava consolidada na cidade, por exemplo, matérias sobre alunos destaques, anúncios dos professores, além de várias divulgações sobre a escola, destacando sua importância e de como era essencial ter formação antes de trabalhar na área de comércio e indústria.

Porém, de fato, não foram localizados registros da Escola de Comércio, que não fossem registros jurídicos, que pode indicar que ao fundar o Instituto Comercial de Taubaté, a existência da Escola de Comércio, não poderia ser mencionada. Além do fato, de ambas serem filiais da mesma instituição, provavelmente os fundadores não sentiram a necessidade de mencioná-la. Ainda poderiam indicar o Instituto como uma proposta inédita, por este fato.

Ao analisar o contexto histórico, numa amplitude mundial, até chegar na cidade de Taubaté, foi possível notar como as transformações econômicas e sociais foram rápidas e intensas. A chegada das indústrias trouxe novas perspectivas para população mundial. Taubaté se destaca, diante de todo o Vale do Paraíba, sendo a cidade com mais iniciativas nessa área, sendo a região mais promissora, desde o período cafeeiro.

A partir do ano de 1870 Taubaté apresentava várias iniciativas para modernidade, como por exemplo, a ferrovia e a CTI. Duas ações que abriram portas para a cidade ser reconhecida como a mais promissora do Vale do Paraíba.

Com isso, era inevitável que a região de Taubaté, também se destaca-se em aderir ao ensino profissionalizante. Desde de 1920 haviam reformas educacionais voltadas para

sociedade do trabalho, e desde 1922 já havia uma escola voltada em profissionalizar a população em Taubaté.

Os documentos analisados sobre a Escola de Comércio não foi possível fazer um levantamento profundo sobre as estruturas escolares que o estabelecimento apresentava. Oferecia cursos de datilografia, correspondente ao comércio, ou para o Português ou Contabilidade, e cursos de guarda livros.

Já documentos a respeito do Instituto Comercial de Taubaté, foi possível estudá-los e analisá-los com mais profundidade, pois ele se compunha desde relatórios financeiros, anexos de jornais, e coleções fotográficas de seu edifício.

A partir de todos os apontamentos dos registros do Instituto Comercial de Taubaté, foi possível concluir o quanto a escola se preocupou em apresentar um estabelecimento equipado, bem localizado, organizado e eficiente.

Compreender a importância dessas instituições levantadas no presente trabalho, se configura em entender a elevação em simplesmente estudar. Se oficializar em uma profissão é uma questão levantada em Taubaté desde 1922. A oportunidade e o acesso a esses colégios foram cruciais para a cidade ser levantada como promissora, pois, a partir de iniciativas como essas, é possível elevar a sociedade e incluí-la nas transformações econômicas, sendo ela como sujeita principal.

Instituições como essas apontadas, fizeram parte da história de Taubaté, e todo o Vale do Paraíba. As transformações ocorridas após consolidação dos colégios são resultado de grandes mudanças na cidade.

Referências

CARVALHO, Martha Maria Chagas de. “Reformas da Instrução Pública”. LOPES, Eliane M. Teixeira, FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cyntia Greive (orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Silvio. *Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento*. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LUCA, Tânia Regina. “Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINKY, Carla B. (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

RICCI, Fábio. *Indústrias têxteis na periferia: origens e desenvolvimento: o caso do Vale do Paraíba*. Taubaté-SP: Cabral Editora, 2006.

SANTOS, Jailson alves dos. “A Trajetória da Educação Profissional”. In: LOPES, Eliane M. Teixeira, FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cyntia Greive (orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. “Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: NOVAIS, Fernando A. e SECVENKO, Nicolau (coordenadores) *História da Vida Privada no Brasil*. vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Referências bibliográficas

ABDALA, Déborah Duarte. *Comerciários: um estudo sobre percepção de direitos trabalhistas e suas violações*. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté, 2017.

ABDALA, Rachel Duarte Abdala. *Fotografias escolares: práticas do olhar e representações sociais nos álbuns fotográficos da Escola Caetano de Campos (1895-1966)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2013.

CARVALHO, Martha Maria Chagas de. “Reformas da Instrução Pública”. LOPES, Eliane M. Teixeira, FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cyntia Greive (orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Silvio. *Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento*. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LUCA, Tânia Regina. “Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINKY, Carla B. (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

RICCI, Fábio. *Indústrias têxteis na periferia: origens e desenvolvimento: o caso do Vale do Paraíba*. Taubaté-SP: Cabral Editora, 2006.

SANTOS, Jailson alves dos. “A Trajetória da Educação Profissional”. In: LOPES, Eliane M. Teixeira, FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cyntia Greive (orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. “Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: NOVAIS, Fernando A. e SEVCENKO, Nicolau (coordenadores) *História da Vida Privada no Brasil*. vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Fontes documentais

Ofício para Diretor da Divisão de Ensino Comercial, Lafayette Belfort Garcia, pelos Diretores do Instituto Comercial de Taubaté. 29 de abril de 1939. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade de Taubaté.

Jornal “A Folha”. 1930-1935. Hemeroteca Antônio Mello júnior do Arquivo Histórico de Taubaté.

Jornal “Nossa Terra”. 23/02/1939. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade de Taubaté.

Poliantéia da Escola de Comércio de 1925. Hemeroteca Antônio Mello júnior do Arquivo Histórico de Taubaté.